

O FENÔMENO DA CONTRA-URBANIZAÇÃO E SEU ESTUDO

JUERGEN RICHARD LANGENBUCH*

Resumo

O artigo trata da “contra-urbanização”, termo cunhado em 1976, em referência ao fenômeno de inversão da evolução urbana verificada a partir da década de 70 em vários países desenvolvidos, consistindo na redução do ritmo de crescimento das maiores cidades, ocorrendo o contrário com as demais e mesmo às áreas rurais. O artigo passa em revista, de modo tópico, a farta bibliografia que se formou a respeito do assunto e, através dela, são abordadas questões conceituais, critérios de avaliação, a extensão geográfica e evolução do fenômeno, aspectos demográficos, sociais e econômicos correlatos e as causas de sua ocorrência. Na parte final examina-se os ensaios de abordagem específica acerca de eventual ocorrência da contra-urbanização no Terceiro Mundo, onde ela se verificou apenas em casos muito circunscritos.

Palavras-chave: Evolução urbana - Migrações - Inversão de polaridade - Descentralização - Desconcentração

Abstract

The Counterurbanization Phenomenon and its Study

The article deals with “counterurbanization”, the term proposed in 1976 referring to the phenomenon of the inversion in the urban growth begun in the seventies in several developed countries, consisting in lower rhythm of increase in the larger cities with the opposite in the others and even the countryside. The article reviews in topic way the plentiful bibliography formed about the subject and through this literature questions like concepts, evaluation criteria, the geographic extension and evolution of the phenomenon and the causes of its occurrence are examined. Finally, there is an overview of the essays of specific approach about the eventual occurrence of counterurbanization in the Third World, where this happens only in very restricted cases.

Key words: Urban evolution - Migrations - Polarization reversal - Decentralization - Deconcentration

* Professor do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UNESP (Rio Claro)

A PROPOSIÇÃO DO TERMO E O RESPECTIVO ESTUDO DE CASO

A contra-urbanização é um fenômeno evolutivo pouco comentado no Brasil. O objetivo deste artigo consiste em dar uma visão global da questão, através da copiosa bibliografia desenvolvida em diferentes países.

Até por volta de 1970, desde há muito o padrão comum de evolução urbana consistia no crescimento das maiores cidades e áreas metropolitanas a taxas mais elevadas que as demais cidades e as áreas rurais dos respectivos países. Foi quando, inicialmente nos Estados Unidos, notou-se uma inflexão nesse caminhar das coisas, percebida durante a década de 70 através dos resultados de levantamentos estatísticos rotineiros.

O termo *counterurbanization* foi proposto por BERRY em 1976, em referência a esse fenômeno, sendo empregado como antônimo de *urbanization*, sentido reforçado no próprio título do livro organizado por esse estudioso (U. and C.), que contém o capítulo de sua autoria, referente ao verificado nos Estados Unidos. BERRY explica e define:

“Para aqueles que escreveram sobre a urbanização industrial do século 19 e início do século 20, a essência era tamanho, densidade e heterogeneidade. ‘Urbanização é um processo de concentração populacional’, escreveu Hope Tisdale em 1942. ‘Implica em movimento de uma situação de menos concentração a uma de mais concentração.’ Mas, desde 1970, as regiões metropolitanas dos Estados Unidos cresceram menos rapidamente que a nação e na realidade perderam população a território não metropolitano - 1,8 milhões de pessoas entre março de 1970 e março de 1974, segundo o U.S. Bureau of the Census. (...) Assim, o processo de contra-urbanização tem como sua essência a redução no tamanho, na densidade e na heterogeneidade. Parafraseando Tisdale: ‘contra-urbanização é um processo de desconcentração populacional; implica em movimento de uma situação de maior concentração a uma de menor concentração’” (1976, p. 17).

Como se denota, BERRY deixa bem claro o caráter de antonímia entre os dois conceitos.

Após comparar os períodos 1960-1970 e 1970-1973 através de tabelas com dados demográficos, BERRY (1976, pp. 18-21), enumera as principais modificações que pôde constatar nos Estados Unidos a partir de 1970, a serem retratadas aqui de modo resumido:

- 1) Como a partir de 1970 a população das áreas metropolitanas teve menor índice de crescimento que o país como um todo, sendo o contraste ainda

mais acentuado em comparação com as porções não metropolitanas do país, tem-se um desenvolvimento contrastando com todas as décadas precedentes, lembrando a situação vigente no início do século XIX.

- 2) Numa base global, as áreas metropolitanas agora perdem migrantes para território não metropolitano, embora ainda denotem ligeiro crescimento na imigração por causa de recente imigração proveniente do Exterior.
- 3) O declínio no crescimento metropolitano deve-se, em grande parte, às maiores áreas metropolitanas, em especial àquelas localizadas nas regiões Nordeste e Centro-Norte.
- 4) Crescimento acentuado ocorreu em áreas metropolitanas menores, especialmente na Flórida, no Sul e no Oeste, bem como em condados “exurbanos”, localizados externamente às áreas metropolitanas, tais como usualmente definidas, mas com substancial migração pendular a elas, além de condados periféricos não ligados a mercados de trabalho metropolitanos.
- 5) Muito significativa é a reversão das tendências migratórias nas maiores áreas metropolitanas e nos condados periféricos mais remotos: as áreas metropolitanas com mais de 3 milhões de habitantes ganharam migrantes entre 1960 e 1970, mas acusaram perda desde 1970, acontecendo o contrário com os condados periféricos não metropolitanos.

BERRY comenta que, na opinião de alguns, a apontada reversão não passaria de perturbação temporária causada pela recessão então verificada, que desapareceria quando a saúde da economia viesse a melhorar. Porém, segundo o citado autor seria mais provável a persistência, pois a tendência verificada se amoldaria a ideais do american way of life, já apontadas bem anteriormente por vários autores norte-americanos, além de motivações contemporâneas (1976, pp. 24-29). Essa questão do caráter temporário ou não da contra-urbanização passou a ser ventilada em vários estudos posteriores, inclusive lastreados em análises concretas de períodos mais recentes, o que será abordado adiante, no presente artigo.

Na realidade, o fenômeno verificado nos Estados Unidos já havia chamado a atenção dos próprios funcionários do órgão censitário do país, eis que segundo KAYSER (1988, p. 77) “foi em 1973, nos Estados Unidos, que os estatísticos do Census Bureau anunciaram a espetacular reversão no padrão, longamente verificado, de êxodo rural e concentração urbana”. Fora dos meios acadêmicos, o fato é apontado ao grande público em anuários informativos americanos, como o *The World Almanac and Book of Facts - 1979* e *Information Please Almanac - 1979*. O primeiro, por exemplo, traz artigo de PLOTKIN, diretor do U.S. Bureau of the Census, mencionando: “As áreas não metropolitanas cresceram em 1977 a uma taxa mais rápida que as áreas metropolitanas da nação, continuando a reversão histórica

iniciada por volta de 1970. As áreas metropolitanas cresceram 0,8 por cento desde 1970 (7 milhões de pessoas), enquanto as não metropolitanas cresceram 1,2 por cento (4 milhões de pessoas)....”(1978,p. 205).

FORMULAÇÕES TEÓRICAS ANTERIORES A PROPÓSITO DE DESLOCAMENTOS CENTRÍFUGOS EM AMBIENTE URBANO

Segundo a colocação de BERRY acima exposta, o normal até a época de 1970 era o crescimento mais acentuado das grandes cidades, havendo então a comentada reversão de tendência, notada por ele nos Estados Unidos e, conforme reporta, por outros autores em mais alguns países “ocidentais” (BERRY, 1976, p.17). Vejamos inicialmente algumas colocações teóricas tornadas clássicas, formuladas anteriormente, envolvendo tendências centrífugas de evolução urbana, embora de outra natureza.

Já em 1939, JEFFERSON formulara, a partir de abordagem indutiva, a “lei da cidade primaz”, segundo a qual a cidade mais populosa de um país tendia a ser no mínimo duas vezes maior que a segunda colocada, mas geralmente bem maior que isso (pp. 226-232), havendo inclusive um grande salto em termos de importância funcional. Em 1941, ZIPF propunha a “regra ordem-tamanho” (*rank-size rule*), igualmente de grande repercussão, retomando formulação anterior de AUERBACH (1913), segundo a qual haveria uma diminuição progressiva no tamanho das cidades, tendendo a segunda a apresentar aproximadamente metade da população da primeira, a terceira um terço e assim por diante. Note-se que embora a proeminência da maior cidade figure de modo mais brando nessa teoria, ela ainda assim é sustentada. O autor do presente artigo pesquisou o assunto de modo abrangente (LANGENBUCH, 1981), ficando os resultados concretos a serem referidos adiante.

Em termos de movimento oposto, ou seja, do maior para o menor, do mais denso para o menos denso, do centro para a periferia, tiveram projeção teorias formuladas em época ainda mais pretéritas, mas cujas postulações se circunscreviam ao âmbito local, tomando cada cidade ou aglomeração urbana (=área metropolitana) isoladamente, no limite de suas áreas urbanas.

Assim, dentre os seis “processos ecológicos urbanos” enunciados por McKenzie em 1926 (e muito comentados depois por outros autores, em especial os integrantes, como esse estudioso, da famosa “escola de Chicago”), um era o da “descentralização”, contrapondo-se, como reação, ao da “centralização”, também proposto na ocasião. BREESE (1966, p. 110) resume: “O processo de *descentralização*

se refere à ‘tendência de seres humanos e agências institucionais [bem como outros tipos de usos de solo] se afastarem do centro da cidade.’ (Hollingshead, 1939) Mobilidade e competição são importantes fatores na descentralização, que é mais facilmente observada no movimento da população, da atividade comercial e da indústria”.

Em dois trabalhos, surgidos em 1925 e 1929, Burgess expõe seu clássico modelo concêntrico de zoneamento espontâneo, comentado em grande número de compêndios de Geografia Urbana, segundo o qual os anéis mais externos da cidade não são ocupados só por migrantes recentes, que ali se estabeleceram de modo direto, mas sobretudo por moradores mais antigos, que antes moravam em faixas de localização mais central, de onde se deslocaram para as novas áreas, em movimento nitidamente centrífugo.

Em 1933, COLBY, de Chicago, como os autores anteriormente citados, sustenta a ocorrência de forças centrífugas e centrípetas agindo simultaneamente, em óbvio conflito, nas cidades, sendo as primeiras resultantes de condições repulsivas da área central (“desenraizantes”), aliadas a qualidades atrativas da zona periférica (COLBY, 1959).

Saliente-se novamente que as teorias da época, referentes a tendências de deslocamento centro-periferia, enfocavam apenas o ambiente intra-urbano e não o conjunto das cidades de uma região ou país. Também não as apontavam como eventualmente dominantes com relação às tendências de evolução em sentido centrípeto.

CASOS CONCRETOS DE CONTRA-URBANIZAÇÃO OCORRIDOS ANTES DA “VIRADA DE 1970”, APONTADA POR BERRY

Na realidade, antes do ano paradigmático de 1970, já ocorreram *certas manifestações* de contra-urbanização (utilizando o termo proposto por BERRY), embora não tão acentuadas e generalizadas como posteriormente. Aliás, em alguns países o próprio fenômeno atual já havia se iniciado de modo incipiente na década anterior, conforme HALL (1974) relata a propósito de Inglaterra e País de Gales, enquanto ALEXANDERSSON e FALK (1974) retratam o mesmo com relação à Suécia. Em artigo bastante posterior (1988), o próprio BERRY aponta a ocorrência de certas inflexões do gênero em períodos bem mais antigos nos Estados Unidos, conforme será comentado adiante.

No estudo a respeito do encabeçamento dos sistemas urbanos nacionais (LANGENBUCH, 1981), este articulista, sempre analisando a relação dimensional

entre as três maiores cidades (ou aglomerações urbanas) do país, classificou as situações em “encabeçamento primaz”, quando em maior conformidade à lei da cidade primaz de Jefferson, considerando como tal os sistemas urbanos em que a maior cidade ou aglomeração é pelo menos três vezes maior que a segunda colocada (eventualmente um pouco mais ou um pouco menos, dependendo da dimensão da terceira cidade, de acordo com a definição dada pelo “índice de primazia” proposto no artigo), “encabeçamento lognormal”, quando melhor ajustada à regra ordem-tamanho de Zipf, e, finalmente, “encabeçamento policéfalo”, em havendo no topo duas ou mais cidades de dimensões semelhantes.

Dos 66 países que puderam ser analisados a partir de 1900, 19 (28,4%) tinham encabeçamento primaz nesse ano, 25 (37,3%) tinham-no em 1925, 36 (53,7%) em 1950, repetindo-se a última situação em 1970. (Retenha-se esta estabilização!) Incluindo-se nos últimos períodos países possíveis de analisar apenas a partir de um daqueles anos intermediários, a evolução é similar, exceto com relação a estabilização ora apontada, talvez por abranger países de desenvolvimento (inclusive urbanização) mais recente. Através de análises mais detalhadas, confirma-se a preponderância de evolução rumo ao encabeçamento primaz, que se ajustaria ao tipo de evolução rotulada por BERRY como *urbanização*. Apenas para ilustrar: apurou-se serem muito mais freqüentes os casos de evolução rumo a uma categoria de encabeçamento com primazia mais elevada (policéfalo < lognormal < primaz) que o contrário, em número de 59 contra 24, respectivamente. O encabeçamento primaz também revelou-se o mais estável, sendo que 89,6% dos sistemas urbanos enquadrados permaneceram nessa categoria, enquanto esse índice é de apenas 58,8% nos sistemas com encabeçamento inicialmente lognormal e de 50,0% nos inicialmente policéfalos.

No entanto, os gráficos evolutivos construídos para melhor analisar e ilustrar os resultados, já alertaram o autor para o fato de numerosos sistemas urbanos de encabeçamento primaz, embora continuando na categoria, apresentarem pequena, mas significativa, queda no índice de primazia entre 1950 e 1970, fenômeno também verificado, aqui e ali, em períodos anteriores, mas não em escala tão expressiva. Trata-se de 21 casos, assim distribuídos: Primeiro Mundo - Áustria, Dinamarca, França, *Irlanda*, Islândia, Noruega e *Portugal*, Bloco Soviético - Tcheco-Eslováquia, Hungria e Romênia e Terceiro Mundo - Filipinas, *Sri Lanka*, Serra Leoa, Tunísia, Cuba, Guatemala, Jamaica, México, Argentina, Bolívia e Peru. Nos casos grafados em *itálico*, a comentada evolução pode ser mais aparente que real em razão de problemas operacionais de inclusão ou não de subúrbios nos dados estatísticos, conforme já foi apontado na ocasião, havendo também alguns casos de expansão urbana da maior cidade para além dos limites formais consagrados da respectiva aglomeração ou área metropolitana, um dos fenômenos muitas vezes rotulados de “exurbanização”, caso em que as cifras demográficas referentes ao ano mais recente

se atêm aos limites antigos. Porém, a maioria dos casos parece refletir crescimento *relativamente* maior nas urbes que sucedem dimensionalmente a principal do respectivo país.

Enfim, embora este articulista tenha enfocado o conjunto das cidades e aglomerações urbanas dos vários países de modo diferente daquele utilizado por BERRY, foram apurados vários casos que sem dúvida correspondem, já no período 1950-1970, ao fenômeno rotulado por esse último de “contra-urbanização”, pois eles, na percepção exposta já na ocasião (LANGENBUCH, 1981, pp. 87-88) pareciam refletir certa tendência de refreamento da primazia do maior núcleo urbano do país. Também a estabilização do número de sistemas urbanos nacionais com encabeçamento primaz (dentre os de urbanização mais antiga), apontada alguns parágrafos atrás, parece expressar a mesma tendência.

POOLEY e TURNBULL (1996), em trabalho enfocando o caso específico da Grã-Bretanha através de abordagem e técnicas de pesquisa muito peculiares, puderam notar que nesse país o fenômeno da contra-urbanização têm raízes muito mais antigas que a “virada de 1970” apontada por BERRY. Os citados autores, através de registros de genealogia e de “historiadores de famílias” (*family historians*) e de respostas a formulários encaminhados pelos últimos, obtiveram informações sobre a história migratória de 16.091 indivíduos, cobrindo o período desde os remotos tempos de 1750 até o recente ano de 1994, correspondendo a 66.664 mudanças de casa efetuadas no total por essas pessoas no âmbito do país, descontando portanto as originárias ou destinadas ao Exterior. POOLEY e TURNBULL admitem haver certo viés de sexo, idade, estado civil e socio-econômico na amostra, o que a seu ver não compromete a representatividade.

Classificando os lugares habitados (*settlement*) em oito categorias, dando tratamento específico a Londres e a subúrbios de cidades grandes, incorporando-as a elas, chegaram, entre outras, à conclusão por eles sumarizada da seguinte forma (apresentada aqui de forma simplificada):

Tipo de mudança de casa	1750-1839	1840-1879	1880-1919	1920-1994
Intra-urbana	27,5%	45,1%	47,9%	37,3%
A outro local da mesma categoria dimensional	49,8%	25,9%	16,9%	16,9%
A local de categoria dimensional mais elevada	13,8%	16,3%	17,8%	20,5%
A local de categoria dimensional mais baixa	8,9%	12,6%	17,4%	25,4%

Como se denota e os autores apontam, as migrações “para baixo” já são significativas, embora minoritárias, no primeiro período, crescendo sempre desde então, chegando a se igualar às migrações rumo às cidades maiores entre 1880 e 1919, superando-as desde então. Além de uma série de análises mais detalhadas, POOLEY e TURNBULL alertam para o fato que, das migrações rumo a lugares de categoria dimensional menor, apenas 8,2% abrangeram distância inferior a 5 km, ou seja comunas que poderiam vir a se tornar subúrbios daquela originária do movimento, enquanto a média desses deslocamentos, em todos os períodos considerados, correspondia a 79,3 km. Em outros termos: na maioria dos casos, não se trata de suburbanização.

Os autores concluem: “.... fica demonstrado que os processos de contra-urbanização identificados a partir dos anos 1970 não são novos em si mesmos. Embora o volume de dispersão de cidades grandes rumo a pequenas e sua significância demográfica tenha crescido no século XX, o processo envolvido vem de há muito. Mesmo nos anos 1880, quase tantas pessoas se locomoviam para baixo na hierarquia urbana quanto para cima. Isso pode sugerir que a contra-urbanização deve ser alinhada ao lado da urbanização e da suburbanização como importante mudança tanto no passado quanto no presente” (POOLEY e TURNBULL, 1996, p. 523).

A ECLOSÃO E O PROSSEGUIMENTO DE ESTUDOS A RESPEITO DO TEMA

Logo após o pioneiro trabalho de BERRY, de 1976, numerosos outros estudos tiveram sua atenção despertada para o fenômeno por ele rotulado de contra-urbanização, aparentemente sem terem sido influenciados pela referida fonte, eis que a maioria dos escritos vindos a lume nos anos subseqüentes, em especial 1977, 1978 e 1979, não a cita nem emprega o termo. Parece tratar-se, pois, de um caso de percepção generalizada de um fenômeno considerado por grande número de pessoas como muito significativo. Em 1982 ganhou notoriedade um trabalho de FIELDING, intitulado *Counterurbanization in Western Europe*, que praticamente marca o relançamento do termo, doravante o mais empregado no trato da questão envolvida. Pelo título do trabalho já se vê que o fenômeno também ocorreu e despertou a atenção no outro lado do Atlântico Norte. Esse autor acrescenta nova definição de contra-urbanização, que também ganhou muita aceitação: “Contra-urbanização refere-se ao processo de uma desaglomeração espacial da população. Pode-se dizer que isso aconteceu quando há uma relação inversa entre os tamanhos dos lugares (medidos em termos de sua população) e seus índices de mudança populacional (na

qual o principal componente ativo é o saldo migratório positivo ou negativo)” (KONTULY e outros, 1986, p. 171, reportando-se a outro trabalho de Fielding, também de 1982).

Desde o início, numerosos estudos a propósito da contra-urbanização (utilizando ou não o termo), alguns dos quais explorando apenas facetas do fenômeno, concentraram-se na situação verificada em determinado país, o que poderá ser avaliado na seguinte relação, retratando seleção bibliográfica.

Começando pelos Estados Unidos, país enfocado pelo clássico trabalho de BERRY, pode-se citar: BEALE (1977), VINING e STRAUSS (1977), WARDWELL (1977), ZELINSKY (1977), FORSTALL (1988), KAYSER (1988) e FREY (1989, 1993 e 1995), FREY e LIAW (1998). A Grã-Bretanha também foi muito estudada (com alguns trabalhos restritos ao conjunto formado por Inglaterra e País de Gales), a exemplo de KEEBLE (1980), ROBERT e RANDOLPH (1983), CLOKE (1985), SPENCE (1985), CHAMPION (1987, 1988, 1989 e 1994), SHEPPERD (1989), CROSS (1990), TOWNSEND (1993), GREEN (1994) e POOLEY e TURNBULL (1996).

Entre outros países que mereceram atenção específica, embora não tão intensa, figuram: Alemanha Ocidental (posteriormente parte ocidental da Alemanha unificada) - GANSER (1978), KONTULY e outros (1986), KONTULY e VOGELSANG (1988 e 1989), KANAROGLOU e BRAUN (1992), KONTULY e SCHÖN (1994); Itália - DEMATTEIS (1986), MALUSARDI e MUSCARÀ (1986), DEMATTEIS e PETSIMERIS (1989), França - OGDEN (1985), WINCHESTER e OGDEN (1989), Noruega - MYKLEBOST (1984) e HANSEN (1989), Dinamarca - COURT (1989), Canadá (BUTZIN, 1988), Austrália - HUGO (1988 e 1989) e Japão - TSUYA e KURODA (1989).

Também foram produzidos estudos circunscritos a parcelas territoriais de países, sejam regiões geográficas ou unidades administrativas, podendo-se mencionar o de DAVIES (1990) sobre as três províncias das pradarias canadenses, mostrando como lá a contra-urbanização não ocorreu, os de BURNLEY (1988) e SANT e SIMONS (1993) a respeito do estado australiano de Nova Gales do Sul, o de DEAN (1986) enfocando a região francesa da Bretanha, e os seguintes referentes a regiões britânicas, focalizando sobretudo os migrantes chegados a elas: DEAN, SHAW e outros (1984) - Cornualha Ocidental, JONES, FORD e outros (1984) e JONES, CAIRD e outros (1986) - Terras Altas e Ilhas da Escócia, WEEKLEY (1988) - East Midlands e SPENCER (1995) - Oxfordshire. Posição singular é ocupado pelo trabalho de MARTÍNEZ i ILLA (1987) sobre o “retorno ao campo” de pessoas tipo *hippie*, em busca de um modo alternativo de vida, na Catalunha espanhola. É compreensível que nessa abordagem espacial mais reduzida, vários trabalhos aprofundem mais a análise de certos aspectos da contra-urbanização, no que se notabilizam sobretudo os que tratam de regiões britânicas, que chegam à aplicação de questionários junto a migrantes envolvidos.

Em sentido oposto à abordagem regional ora passada em revista, outra série de estudos enfoca conjuntos de países, geralmente contíguos, notabilizando-se os tomando a Europa Ocidental (no sentido de parte do continente que não esteve sujeita ao regime comunista) em sua totalidade ou abrangendo alguns de seus países, funcionando os limites da União Européia como critério de inclusão em certos casos. Entre os estudos com âmbito territorial europeu, estão, por exemplo, os seguintes: KLAASSEN e PAELINCK (1979), FIELDING (1982 e 1989), CERESA (1983), KEEBLE (1983 e 1989), MOSELEY (1984) e GRZESZCZAK (1996). Há também trabalhos que além de países europeus incluem países localizados em outros continentes, como os de VINING e KONTULY (1978), GORDON (1979), VINING e PALLONE (1982) e BUTZIN (1986).

Numerosos dos estudos até aqui relacionados, a par do enfoque espacial específico, dedicam-se também, muitas vezes com grande profundidade, às questões genéricas, sendo responsáveis por várias das formulações teóricas que fizeram escola. Porém, cabe mencionar também trabalhos em que preponderam as preocupações de ordem geral, embora reportando-se aqui e ali a exemplos concretos de regiões ou países. Nem sempre é fácil classificar os escritos nas categorias que estamos formulando, mas parece que os seguintes cabem bem no presente caso: TREGARTEN (1977), HAWLEY e FOGARTY (1981), SINCLAIR (1983), DEAN, BROWN e outros (1984), DINI (1986), CHAMPION (1988 e 1992), KONTULY (1988), FIELDING (1988), DÉZERT (1991) e FRIEDRICHS (1993). Merece citação especial o livro organizado por CHAMPION (1989), que além de compreender a maioria dos estudos de enfoque nacional acima reportados com relação a esse ano, contém extenso capítulo introdutório e outro conclusivo, ambos de cunho genérico, de autoria desse pesquisador, responsável também, ele mesmo, pelo capítulo referente à Grã-Bretanha.

Em vários dos trabalhos de enfoque supranacional ou genérico, também são abordados, aqui e ali, embora sem muito destaque, países que não apareceram em nenhum dos estudos específicos citados, tais como outros do Primeiro Mundo, além de alguns da Europa Oriental e do Terceiro Mundo. Vale salientar que, no decorrer da formação do corpo de teoria referente à contra-urbanização consolidou-se certo consenso de que o fenômeno seria típico apenas do Primeiro Mundo (geralmente rotulando os países compreendidos de “industrializados ocidentais” ou termo congênere, já que nessa parte do planeta aquele termo é pouco usado), não se esperando sua ocorrência fora dali.

À medida que os estudos acima reportados, em qualquer escala de enfoque, foram adentrando a década de 80, novos dados estatísticos (censitários ou de outra natureza) foram permitindo a confrontação de períodos mais novos com a década de 70, em especial seus primeiros anos, percebendo-se assim que em diversos países a contra-urbanização teve seu ritmo diminuído ou cessou, enquanto em outros, até

então não afetados, ela começava a se manifestar. Com isso, uma polêmica sobre a verdadeira natureza do fenômeno, inicialmente travada em termos mais dedutivos e de prognóstico, passava e se revigorar e se apoiar agora em constatações mais concretas: seria a contra-urbanização uma ruptura definitiva com o passado, apenas uma anomalia passageira ou um ciclo numa onda evolutiva? Essa questão será retomada adiante.

CIFRAS INDICATIVAS DO FENÔMENO NA DÉCADA DE 70

Antes de detalhar a análise do fenômeno da contra-urbanização, convém expor alguns dados ilustrativos de sua magnitude na década de 70, em que tanto impressionou os estudiosos da época.

Estados Unidos - Entre 1960 e 1970, o saldo migratório (diferença entre total de pessoas emigradas e imigradas em determinado espaço) era o seguinte em termos percentuais médios anuais: +0,5% nas áreas metropolitanas e -0,6% no resto do país, modificando-se a situação para +0,1% e +0,6%, respectivamente, entre 1970 e 1975 (BEALE, 1977, p. 114).

Reino Unido - No período entre 1951 e 1961, a população teve a seguinte evolução nas *áreas locais de mercado de trabalho* ("local labour market areas) de caráter metropolitano: +5,0% entre 1951 e 1961, +3,5% entre 1961 e 1971 e -2,4% entre 1971 e 1981. Enquanto isso, os índices para os mesmos anos eram de +5,7%, +9,0% e +5,4% para as áreas compreendendo cidades isoladas (não integrantes de áreas metropolitanas e de -0,5%, +5,8% e +9,4% para as áreas de caráter mais rural (CHAMPION, 1989, pp. 86-90). Conforme se vê, nesse país a contra-urbanização já se manifestou, em certa escala, durante a década de 60, sem despertar muita atenção na época.

França - As maiores aglomerações (áreas metropolitanas) da França tiveram a seguinte evolução demográfica entre 1968 e 1975, e entre 1975 e 1982, respectivamente: Paris +3,6% e -0,5%, Lyon +7,5% e -0,1%, Marselha +5,9% e +0,9%, Lille +5,1% e -0,1%, Bordéus +7,5% e +2,6%, Toulouse +14,1% e +2,5%, Nantes +11,8% e +2,5% e Nice +11,4% e +2,7%. Enquanto isso, no extremo oposto em termos de urbanização, as comunidades rurais passaram de -0,1% no primeiro período citado para +0,9% no segundo, sendo esses índices de +0,8% e +1,6% para as comunidades rurais situadas em *zonas de povoamento industrial ou urbano* e de -1,3% e -0,2% para aquelas situadas fora de tais zonas, ou seja mais intrinsecamente rurais (OGDEN, 1985, p. 29 e WINCHESTER e OGDEN, 1989, p. 171). Note-se o início mais tardio da contra-urbanização, além da menor intensidade de seus reflexos no lado

do campo, o que talvez explique o menor interesse despertado pela temática junto à Geografia francesa.

Alemanha Ocidental - Nesse país, em que o crescimento demográfico nacional caiu de +0,95% ao ano entre 1960 e 1968 a apenas +0,16% ao ano entre 1970 e 1980, as *regiões funcionais urbanas*, classificadas conforme sua dimensão, conheceram a seguinte evolução em sua população, nos mesmos períodos: de 2 milhões de habitantes e mais = +1,03% e +0,21%, entre 1,2 e 1,99 milhão = +0,72% e +0,02%, entre 1,0 e 1,19 milhão = +0,92% e +0,02%, entre 500 mil a 999 mil = +1,09% e +0,29%, abaixo de 500 mil = +0,76% e +0,10% (KONTULY e VOGELSANG, 1989, p. 146) Como se denota, comparando-se esses índices com os do país como um todo, trata-se de uma contra-urbanização muito peculiar (se puder ser encarada como tal), já que as maiores reduções no ritmo de crescimento ocorreram nas duas faixas dimensionais intermediárias mais elevadas (e não no topo) e os maiores ganhos (relativos, saliente-se) na faixa compreendendo regiões urbanas ainda populosas, com efetivos entre meio milhão e um milhão de habitantes.

Itália - No período 1961-1971 foram acrescidas 757.583 novas unidades residenciais nas comunas com mais de 300 mil habitantes, cifra reduzida a 318.465 no período 1971-1981 (ou seja 58,0% menos), enquanto na faixa dimensional das menores cidades (*outras cidades*) as cifras para os mesmos períodos correspondem, respectivamente, a 1.873.956 e 3.604.028 (ou seja 92,3% mais). No trabalho de DEMATTEIS (1986, p. 28), fonte dessas informações, os dados para a categoria intermediária (*outras principais cidades das províncias*) apresentam discordância entre si, razão pela qual não são apresentados aqui.

Dinamarca - No quinquênio 1965-1970, a população da Grande Copenhague, única aglomeração urbana de grande porte do país, cresceu a um ritmo de 4,6%, contra os 3,6% verificados no conjunto do país (inclusive a região da capital), mas no quinquênio seguinte (1970-1975) a situação se inverteria, apresentando índices de +0,5% e +2,7%, respectivamente. Em todas as demais faixas dimensionais de cidades, o ritmo de crescimento já era superior ao da Grande Copenhague no primeiro quinquênio, sendo que no segundo as cidades com mais de 10 mil habitantes conheceram redução do mesmo, mas mantendo índices superiores ao nacional, enquanto as comunas *sem forte emigração pendular* (ou seja, que não eram subúrbios de outras cidades) com efetivo compreendido entre 2 e 10 mil habitantes passaram de +8,2% a +10,0% e as de 500 a 2 mil habitantes de +9,9% a +16,1% de um período a outro (ILLERIS, 1979, p. 50).

O panorama geral acima esboçado deixa entrever o emprego de critérios bastante diferenciados quanto aos fatos especificamente mensurados (população residente, migrantes, unidades residenciais etc.), os anos limítrofes dos períodos considerados e as unidades territoriais formuladas para a análise, o que se justifica

pela variada disponibilidade de dados e/ou a preferência de cada autor, conforme o enfoque que pretende dar. Essas questões serão objeto de análise mais para a frente. Também dá para se perceber que a contra-urbanização apresenta facetas bastante diferentes de país a país, não faltando casos, como o da Alemanha, em que a atenção para o fenômeno parece ter repousado mais em indução gerada pelo entusiasmo mundial com a temática, que na percepção da tênue e meio divergente ocorrência do fenômeno no país.

A DIFERENTE ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DA SAÍDA DE PESSOAS E ATIVIDADES ECONÔMICAS DAS GRANDES CIDADES.

A contra-urbanização implica na reversão de fluxos de pessoas e atividades econômicas (essas ainda não objeto de considerações neste artigo), antes tendentes a se dirigir prioritariamente às grandes cidades, mas que de certo tempo para cá tendem a uma movimentação predominante em sentido oposto. Nessa “saída” das grandes cidades, os habitantes e as unidades de atividade econômica de caráter urbano fixam-se novamente, variando muito a natureza do lugar de destino com relação à grande cidade de origem. Grosso modo, podem-se distinguir os seguintes processos, em cuja exposição será dada atenção especial ao deslocamento de moradores, ficando subentendido que o de atividades econômicas apresenta condições bastante semelhantes.

- 1) *Suburbanização*. Compreende o deslocamento para a periferia imediata da grande cidade de origem, onde boa parte, senão a maioria, dos habitantes permanece ligada ao mercado de trabalho da primeira, para onde se desloca diariamente a fim de exercer suas atividades profissionais (*migração pendular*). Se for significativo, o crescimento demográfico dos subúrbios é maior que o da cidade de origem, na qual muitas vezes ocorre até decréscimo. Quando há delimitação formal (para fins estatísticos e/ou administrativos) de *aglomeração urbana*, *área metropolitana* ou área supracomunitária congênere com outra designação, é praxe rotular-se de *subúrbio* toda porção externa à comunidade (*município, condado etc.*) contendo a cidade principal (a “central city” dos norte-americanos, que não deve ser confundida com “centro da cidade”, área nuclear de qualquer cidade inclusive de uma “central city”), sendo então a suburbanização a transferência de moradores e atividades dela para os subúrbios.

- 2) *Exurbanização*. Compreende a expansão suburbana para além dos limites formais da área metropolitana, onde se formam os *exúrbios*, cujos moradores, em significativa parcela, continuam mantendo migrações pendulares baseadas no trabalho com a central city ou outras partes da área metropolitana. Essa expansão foi possibilitada com a grande difusão do automóvel privado, mas de tempos para cá, notadamente na América Anglo-Saxônica, passou a contar também com linhas de “commuter trains” (correspondendo *mutatis mutandis* aos nossos trens de subúrbio), a exemplo de Toronto, Vancouver, São José da Califórnia, Los Angeles e San Diego, que nesses locais se destinam mais às ligações entre a cidade e os *exúrbios*, que entre a primeira e os subúrbios, tomados na concepção acima explicitada. (Na Europa, os abundantes trens de longo percurso servem bem para esse tipo de locomoção.)
- 3) Migração a áreas mais afastadas da cidade original, sem a manutenção de vínculos de trabalho, fazendo com que os contatos físicos dos moradores com ela sejam menos numerosos e, em todo caso, esporádicos, compreendendo como local de destino cidades menores que a original (ou menores, em termos populacionais, que a respectiva área metropolitana) ou o próprio campo. Esses pontos de nova fixação podem estar localizados na área com relação à qual a cidade de origem funciona como centro prestador de serviços (*zona de influência, região funcional urbana*) ou fora dela. Se forem muito distantes podem se enquadrar na categoria seguinte.
- 4) Migrações a regiões bastante afastadas da cidade original, sobretudo em países de grande extensão territorial, sendo as novas regiões mais amenas em termos climáticos, ou com uma dinâmica econômica própria, em expansão (original ou retomada) ou, então, de povoamento e ocupação econômica pioneira. Nesse caso, a motivação do deslocamento muitas vezes não tem nada a ver com a dimensão das cidades de origem e de destino (em se tratando de cidade, no local de chegada), podendo obedecer mais a anseios e oportunidades desvinculados dessa questão.

Uma questão nem sempre bem resolvida reside em definir se todos esses processos ou quais deles devem ser considerados como integrantes do fenômeno da contra-urbanização. Quanto à suburbanização parece haver um consenso generalizado de que ela está fora, já que não passa de um crescimento horizontal mais espraiado que o verificado há muitas décadas atrás, resultante de um aumento cada vez maior da população e da parcela dela habitando cidades e possibilitada pelos meios de transporte de tração mecânica. Já ocorre há bastante tempo, nada tendo a ver com o *boom* de reversão que tanta atenção despertou na década de 70. Raciocínio similar cabe quanto à exurbanização, já que não passa de uma extensão da

primeira, embora de origem mais recente. No entanto, amiúde é implícita ou explicitamente abrangida em estudos de contra-urbanização devida a generalizações estatísticas ou a mesmo a aceitação conceitual. Por exemplo: em seu estudo clássico, BERRY (1976, pp. 21-23) analisa de modo específico a formação de um cinturão exurbano externamente à área metropolitana de Cleveland, através do qual foi estendida a zona de migrações pendulares a essa cidade, mas salienta que em boa parte dessa faixa a vinculação com o mercado de trabalho de Cleveland diminuiu (o que conduziria a uma situação parecida com o processo arrolado acima sob número 3).

Numa tentativa de tornar mais clara a questão, ROBERT e RANDOLPH (1983, pp. 77 e 78), escrevem: “[O termo] contra-urbanização tem sido invocado quando em realidade suburbanização ou descentralização seriam uma descrição mais apropriada dos eventos.” Em seguida, esclarecem que em seu artigo, utilizarão os seguintes termos: “Movimento a partir de uma *central city* a outras partes da *city region* ou ‘sistema urbano diário’ é definido como ‘descentralização’. Movimento decrescente na hierarquia urbana, mas entre *city regions* ou em direção a áreas rurais, é designado ‘desconcentração’. A última seguiu a primeira na evolução da estrutura do povoamento urbano. Ambas são pré-requisitos da contra-urbanização”. Sobre essa distinção dual e o posicionamento final desses autores, muito citados em trabalhos posteriores, DEAN, BROWN e outros (1984, pp. 10) assim se manifestam: “Embora essa distinção possa parecer atraente, ela não resolve o problema de definir a contra-urbanização adequadamente. Primeiro, para aqueles que enxergam a ‘ruptura nítida’ [com o passado] como sendo de importância central, a contra-urbanização poderia ser equacionada com desconcentração, sem envolver necessariamente a descentralização, como Robert e Randolph sugerem”.

KONTULY e outros (1986, p. 171) manifestam-se de modo mais categórico no referido sentido: “A contra-urbanização representa um processo de modificação inter-regional que não deve ser confundido com o processo de descentralização urbana (suburbanização) ocorrente em muitas áreas metropolitanas através do mundo”.

A posição exposta nos dois últimos pronunciamentos parece prevalecer, mesmo que implicitamente, na maioria dos estudos. Ou seja, a suburbanização geralmente não é encarada como manifestação intrínseca do fenômeno da contra-urbanização. Quanto à exurbanização, na bibliografia nota-se, em alguns casos, a preocupação com a dificuldade em delimitar adequadamente as áreas metropolitanas, como fazem, por exemplo, os dois últimos autores citados, enquanto ILLERIS (1979, p.50) estabelece a distinção entre comunas com “major out-commuting” (importante migração pendular para fora) das com “little out-commuting” (pouca m. p. p. f.), mostrando já naquela época empenho em tratar indistintamente suburbanização e exurbanização (agrupadas no primeiro caso), em oposição ao crescimento verificado fora do âmbito do cinturão de migrações pendulares. Na formulação de unidades

territoriais de análise, questão a ser examinada adiante, o mesmo posicionamento torna-se evidente em vários outros trabalhos. Já BUTZIN, em seu artigo sobre o Canadá (1988, p. 6), é categórico a respeito, esclarecendo que segundo sua concepção, fica excluída da contra-urbanização “o tipo de descentralização verificado no interior de regiões de migração pendular, em sentido amplo (suburbanização e exurbanização)”.

Passando para o lado oposto da abrangência territorial das saídas de pessoas e atividades econômicas de grandes cidades, as transferências a localidades menores ou rurais em regiões bem afastadas costumam ser enquadradas pela maioria dos autores como manifestação de contra-urbanização. Em que pesem eventuais motivações desvinculadas dos tamanhos das cidades de origem e destino, não há dúvida que a situação evolui em direção a menor participação percentual da população das grandes cidades no conjunto nacional, contrabalançado pela maior das pequenas. Aliás, nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Alemanha, essa forma de rearranjo espacial é muito significativa, conforme fica claro nos trabalhos acima relacionados a propósito desses países. BUTZIN (1988, p. 6), já referido no parágrafo anterior, não considera a longa e continuada migração para o Oeste, verificada no Canadá a partir das grandes cidades da província de Ontário, como forma de contra-urbanização, mas tal ponto de vista não é o prevalecente na literatura especializada.

A INTERAÇÃO DE DIFERENTES PROCESSOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS ENVOLVENDO A CONTRA-URBANIZAÇÃO

As definições clássicas de Berry e Fielding, expostas em parte anterior deste escrito, deixam claro que esses autores entendem como contra-urbanização um processo amplo, resultante da ação de vários processos mais específicos. Embora tal enfoque de “balanço geral da evolução” seja o mais comum no emprego do termo, não falta quem prefira utilizá-lo em sentido mais estrito, limitado a uma movimentação espacial de grandes para pequenas cidades ou o campo, eventualmente sobrepujando outras movimentações contrárias, não rotulando, pois, como contra-urbanização o conjunto da dinâmica que produziu o balanço em favor das localidades menores. Assim se posicionam, por exemplo, SANT e SIMONS (1993, p. 293), conforme deixam implícito: “....não há pressuposto lógico para que processos contra-urbanos devam operar universalmente através de um país ou região, ou que todas as áreas potenciais de origem ou destino devam ser afetadas da mesma maneira. É consistente que haja declínio continuado em algumas áreas rurais e pequenas

idades enquanto outras crescem rapidamente, podendo inclusive grandes centros continuar a crescer ao mesmo tempo. (...) Assim, a contra-urbanização é apenas um dentre vários processos que pode ocorrer simultaneamente, embora para algumas migrações e alguns migrantes possa ser o único processo significativo”.

Deixando de lado as questões de semântica conceitual envolvidas, a colocação dos dois co-autores aponta para as interações de processos envolvendo a contra-urbanização, tomada no sentido amplo do termo.

De fato, nas migrações afetando determinado espaço geográfico é comum a ocorrência de correntes operando em sentido oposto, das quais uma pode sobrepujar a outra, sem no entanto minimizar a importância dessa. Isso ocorre amiúde nas migrações que tem como ponto de origem ou de partida as grandes cidades. BURNLEY (1988, p. 278) mostra isso claramente para a Austrália, ao confrontar as estimativas de transferência de residência *do interior* (“country”) *para a metrópole* com as *da metrópole para o interior*. É de lembrar que no caso australiano, há um contraste dimensional muito acentuado entre as cinco maiores capitais estaduais e todas as demais cidades, o que caracteriza a segunda corrente como caso notório de contra-urbanização (ou o eventual saldo positivo dessa corrente, tomando o termo no sentido lato). Os dados serão expostos a seguir, numa seqüência de quatro anos iniciados em julho e terminados em junho, conforme praxe bastante comum em países anglo-saxônicos. As cifras indicam as transferências de residência (em milhares de pessoas), abrangendo toda a Austrália.

Ano	Interior-metrópole	Metrópole-interior
1982-3	113,9 (100)	111,1 (97,5)
1983-4	110,3 (100)	127,8 (115,9)
1984-5	126,4 (100)	131,5 (104,0)
1985-6 (term. em maio)	131,1 (100)	126,7 (96,6)
Total	481,7 (100)	497,1 (103,2)

Como se vê, ambas as correntes migratórias quase se equivalem, havendo pequena predominância numa ou noutra direção, com saldo favorável à fixação no interior em dois anos e no conjunto do período. A contra-urbanização nada tem, portanto, de uma às vezes imaginada fuga maciça das cidades, mas ao menos nesse caso resulta apenas de um pequeno predomínio da corrente centrífuga. É apenas uma questão de “um pouco mais para cá ou um pouco mais para lá”. Se isso puder ser generalizado, não há dúvida de que se trata de fenômeno assim mesmo muito significativo. Outro fato, para os quais os dados acima, referentes à Austrália, apon-

tam, é a apreciável variação de um ano a outro, inclusive na prevalência de uma ou outra corrente, deixando implícita a importância de fatores conjunturais a influir na migração para um ou outro lado. O estudo de VINING e PALLONE (1982), a propósito da “migração entre regiões ‘core’ e regiões periféricas” em 22 países, mostra o mesmo tipo de evolução no tocante aos saldos migratórios anuais.

O virtual equilíbrio entre as migrações centrípetas e centrífugas envolvendo metrópoles e território não metropolitano também é apontado em artigo referente aos Estados Unidos (WARDWELL, 1977, p. 158): nesse país, entre 1965 e 1970, 5,809 milhões de pessoas com mais de quatro anos de idade transferiram sua residência de fora de território metropolitano a alguma área metropolitana, enquanto 5,457 milhões fizeram-no em sentido oposto, ocorrendo inversão no quinquênio seguinte (1970-1975), com 5,127 milhões migrando no referido sentido centrípeto e 6,721 no centrífugo. Em que pese a significativa virada, comentada por Berry em seu clássico trabalho, nota-se que também aqui a corrente migratória em direção às áreas metropolitanas continua importante.

Tome-se a Alemanha Ocidental (então ainda não unificada) como mais um exemplo em escala nacional. Esse país é examinado por KONTULY e VOGELSANG (1988) através de agrupamentos regionais territorialmente mais amplos, questão a ser abordada de modo mais específico adiante. As 58 *regiões funcionais urbanas* formuladas são por eles agrupadas em quatro categorias: tipo 1 - Com baixa densidade e população declinante entre 1970 e 1984, tipo 2 - baixa (idem) e crescente (ibidem), tipo 3 - alta (idem) e decrescente (ibidem) e tipo 4 - alta (idem) e crescente (ibidem). Em 1980, as migrações das regiões de alta densidade (tipos 3 e 4) para as de baixa densidade (tipos 1 e 2) totalizaram 390.983 pessoas, enquanto 334.482 tomaram o rumo contrário (116, 8 para 100). Restringindo a análise para os fluxos que mais se enquadram em fenômeno de contra-urbanização, ou seja de regiões do tipo 3 para regiões de tipo 2, temos 97.522 nessa direção, contra 67.016 das segundas para as primeiras, aumentando a proporção da corrente “do maior para o menor”, agora de 145,5 para 100, o que era de se esperar dada a proposição mais específica. Porém, é de salientar que o fluxo do “pouco denso e crescente” para o “mais denso e declinante” não é nada desprezível (op. cit., 30-33 e 41-42).

Bastante diferente é a composição dos fluxos migratórios opostos, em termos demográficos, profissionais, sócio-econômicos, étnicos etc., já que as motivações comumente são outras. Assim, por exemplo, na Alemanha Ocidental, o há pouco citado artigo de KONTULY e VOGELSANG (1988, pp. 41-42), discrimina por faixas etárias, às quais empresta rótulos relacionados às possíveis propensões para migrar que cada uma delas teria. A situação é a seguinte, em 1980.

Faixa etária	das regiões de tipo 3 para regiões de tipo 2	das regiões de tipo 2 para regiões de tipo 3
18-24 anos: migrantes universitários	28.509 (29,2%)	23.214 (34,6%)
25-29 anos: migrantes de primeiro emprego	14.429 (14,8%)	12.268 (18,3%)
30-49 anos e com menos de 18 anos: migrantes de família	40.964 (42,0%)	25.641 (38,3%)
50 anos e mais: migrantes em fase de pré aposentadoria e aposentados	13.620 (14,0%)	5.893 (8,8%)
Total	97.522 (100%)	67.016 (100%)

Note-se como o rumo “contra-urbanizante” torna-se nitidamente mais intenso, em termos proporcionais, nas faixas de 30 e mais anos de idade e menos de 18, sendo menor entre os adultos jovens.

Na Dinamarca, nos anos de 1965, 1977, 1981 e 1985, sem exceção, na região de Copenhague a migração interna apresentou saldo negativo (ou seja predominou a emigração) nas faixas etárias de 0-14 e em todas de 25 anos e mais, e positivo nas compreendidas entre 15 e 24 anos, inclusive. Enquanto isso, nas regiões de Jutlândia e Viborg (correspondendo a boa parte do resto do país) verificou-se o oposto, salvo diminuta exceção no ano de 1981 para a faixa de 30 a 44 anos (COURT, 1988, p. 131). Ou seja, reproduz-se de certa forma a evolução verificada na Alemanha.

No Estado australiano da Nova Gales do Sul, entre 1976 e 1981, 45.261 pessoas que estavam empregadas no último desses anos migraram do interior para a capital (Sydney), enquanto 47.020 dela saíram rumo ao interior. Já entre os que estavam desempregados em 1981, a migração interior-capital compreendeu 2.764 pessoas e a capital-interior nada menos que 6.329, ou seja, ao contrário dos empregados, superaram largamente os que fizeram o deslocamento oposto (BURNLEY, 1988, p. 270).

Outro fato digno de nota é que, enquanto muitas grandes cidades do Primeiro Mundo conhecem emigração de significativa parcela da população local, ao mesmo tempo continuam sendo os principais receptáculos da imigração externa dirigida aos respectivos países. Em termos numéricos, esses estrangeiros entrantes

podem chegar a superar os nacionais em saída. Nas cinco capitais estaduais australianas, por exemplo, as migrações internacionais deixaram um saldo positivo de 176.294 pessoas, de 1976 a 1981, enquanto as migrações internas envolvendo essas mesmas cidades acusaram um saldo negativo de 129.502 pessoas (HUGO, 1988, p. 49).

A propósito dos Estados Unidos, vale examinar a situação verificada nas grandes áreas metropolitanas do Nordeste, sempre apontadas como os principais focos de saída de pessoas abrangidas no processo de contra-urbanização. Na Grande Nova York, por exemplo, entraram 756.034 imigrantes do Exterior durante o quinquênio 1985-1990, durante o qual o saldo das migrações internas envolvendo essa metrópole era negativo, na marca de -1.065.580 pessoas. Para os demais casos da região, essas cifras são, respectivamente: Washington = 190.941 e +33.634, Chicago = 179.524 e -293.185, Boston = 119.646 e -116.506, Filadélfia = 79.975 e -28.400 (FREY, 1995, p.739).

Como é sabido, nos dois países ora referidos a imigração estrangeira é relativamente antiga, vindo a propósito a manifestação de FREY (1989, p. 53) a respeito dos Estados Unidos: “Os destinos selecionados pelos imigrantes [provenientes do Exterior] são menos decorrentes dos tipos de forças econômicas e dos atrativos ambientais que afetam as escolhas dos migrantes internos. Muitos imigrantes tendem a se localizar em áreas próximas as cidades que são seus ‘portos de entrada’ ou em áreas nas quais os imigrantes de seu país de origem, vindos em épocas anteriores, se assentaram. Por conseguinte, os imigrantes tendem a se localizar em escala desproporcional em grandes áreas metropolitanas, particularmente nos litorais oriental e ocidental”.

Nos países de maior desenvolvimento da Europa Ocidental, a imigração externa, em termos mais significativos, é coisa das últimas décadas, mas passou a assumir amiúde o mesmo caráter de substituição de parcela da população nacional nas grandes cidades. Assim, na Grande Copenhague, por exemplo, o saldo das migrações internacionais era de +0,8 por mil pessoas ao ano no período 1966-1969, +0,9 no 1976-1978, -0,3 no 1980-1982 e +1,6 no 1984-1986, contrastando de modo geral com o saldo das migrações internas de e para a área metropolitana da capital dinamarquesa, respectivamente, de +2,8, -3,9, -0,6 e -1,5 nos referidos períodos (COURT, 1989, p. 129). Note-se que no primeiro período, anterior à fase da contra-urbanização, as migrações internas a Copenhague ainda superavam as procedentes do Exterior! Situação similar verificou-se na região de Estocolmo, capital sueca, conforme retratam os dados abaixo, apontados por VINING e PALLONE (1982, p.359), com formulação de períodos um tanto diferente.

Período	Saldo da migração internacional (média anual)	Saldo da migração nacional (média anual)
1961-1965	+ 4.648	+ 9.161
1966-1970	+ 5.515	+ 6.582
1971-1975	+ 138	- 3.907
1976	+ 8.428	- 4.942
1977	+10.695	- 2.292
1978	+ 8.009	- 4.048

Nota-se que em vários casos e/ou períodos, a imigração estrangeira sobrepuja a emigração a partir das grandes cidades, tornando assim a eventual contra-urbanização verificada (dependendo do volume de migrantes e do grau de acréscimo demográfico em cidades menores) um processo caracterizado de modo intrínseco pela população já residente no país. FREY (1995, p. 733) referindo-se de modo específico aos Estados Unidos, alude ao surgimento de uma relação “push-pull” (empurra-puxa), entre os imigrantes externos que chegam a essas grandes cidades e os nacionais que delas saem, o que por certo também vale para situações congêneres em outros países. Isso logo faz lembrar os *processos ecológicos urbanos*, que agiriam no interior das cidades, segundo as clássicas formulações dos estudiosos da “Escola de Chicago” nas décadas de 30 e 40, mais especificamente os processos de *invasão e sucessão*, ficando clara sua reprodução em nível supra-urbano (ou interurbano), nacional. O mesmo diga-se a propósito dos modelos de Burgess e Colby, de nítida formulação centro-periferia. (Já insinuamos tal fato com relação ao segundo em LANGENBUCH, 1981, p.99). Essa questão da reprodução dos processos comuns na dinâmica interna das cidades em escala territorial mais ampla é estudada de modo detalhado por SINCLAIR (1983).

MEIOS DE DIMENSIONAR E AVALIAR A CONTRA-URBANIZAÇÃO

A contra-urbanização compreende duas séries de variáveis. A primeira é formada pelos homens e elementos materiais e imateriais, de natureza localizada, por eles implantados, tais como residências, fábricas, lojas, empregos, valor de produção etc., uns e outros susceptíveis de deslocamentos ou substituições, de um lugar a outro; ou seja: trata-se dos componentes dinâmicos que encarnam a contra-urbanização, caso ela ocorra. A outra variável é fixa, consistindo na parcela da superfície

terrestre em que se verifica o referido fenômeno. Em estudos de caso, é sempre necessário escolher a(s) variável(eis) da primeira série que for mais adequada ou disponível, decompondo-a em categorias, conforme o caso, e no que diz respeito à segunda (o espaço geográfico) delimitá-lo e subdividi-lo de modo a que retrate a contra-urbanização eventualmente verificada. Além de efetuar o dimensionamento, a maioria dos estudos preocupa-se em avaliar a evolução em seus detalhes e aspectos qualitativos. Além disso: como se trata de um processo verificado ao longo de certo período de tempo, pode-se avaliar a evolução através da comparação de situações estáticas nos anos limítrofes ou efetuar o estudo através de informações que retratem a própria dinâmica envolvida. Os vários exemplos de casos concretos já citados neste artigo denotam a variedade de critérios utilizados a respeito pelos diferentes autores, o que se deve ora à disponibilidade ou não de determinado tipo de dado, ora à opção do pesquisador, muitas vezes determinada pelos aspectos que deseja enfatizar de modo mais específico ou por julgá-la a melhor na busca de explicações para a contra-urbanização.

Critério muito difundido consiste na comparação da população residente em um ano tomado como baliza inicial do período com outro, tomado como final. Se nas grandes cidades o crescimento demográfico, assim apurado, revelar-se inferior ao verificado no resto do país, quando antes ocorria o contrário, ter-se-á nítido caso de contra-urbanização.

VINING e STRAUSS (1977, p. 752), ao estudar os Estados Unidos, transformaram a população residente em densidade demográfica (pessoas por quilômetro ou milha quadrada) em cada unidade territorial considerada e aplicaram o índice de Hoover ao conjunto espacial formulado, o qual, em situação hipotética de distribuição inteiramente homogênea da população, equivaleria a 0, enquanto numa situação de concentração máxima o índice seria de 100. Dessa maneira, a queda do índice entre dois anos considerados indicaria descentralização e/ou desconcentração da população. GORDON (1979) critica a forma como os autores anteriores aplicaram o índice de Hoover, sobretudo no tocante às unidades territoriais utilizadas, formulando uma aplicação um tanto modificada, através da qual analisa 17 países europeus e o Japão. Sob essa forma, o índice foi aplicado também por KONTULY e outros (1986, pp. 172-174), ao enfocarem a Alemanha Ocidental.

Como a variação da população entre dois anos dados resulta da somatória do crescimento vegetativo (diferença entre nascimentos e óbitos) e do saldo migratório (diferença entre imigração e emigração), vários autores analisam-na decomposta nos dois processos.

O crescimento vegetativo pode variar bastante de um lugar a outro do mesmo país, geralmente em razão da composição etária da população, podendo haver maior incidência de pessoas em idade de procriar (aumentando assim o índice de

natalidade) ou de idosos (refletindo em maior índice de mortalidade), sendo que desproporções muito acentuadas desse gênero em geral resultam de migrações anteriores, que atraíram os vários grupos de pessoas de forma diferente. Assim, por exemplo, a taxa anual de crescimento vegetativo, no período 1981-1984 foi de +2,2 na Grande Londres, de +4,7 nos “distritos com cidades novas” na Inglaterra e País de Gales e de -5,9 nas áreas turísticas e de residência de aposentados dessas partes da Grã-Bretanha (CHAMPION, 1987, p. 393). No entanto, o crescimento vegetativo por si mesmo varia pouco no decorrer do tempo, num mesmo lugar, razão pela qual sua capacidade de influenciar em eventual ocorrência de contra-urbanização é pequena, ao contrário das migrações. Assim, por exemplo, em Inglaterra e Gales, na comparação entre os períodos 1971-1978 e 1978-1984, as diferenças nas taxas anuais de crescimento vegetativo (considerando os vários tipos de região, dos quais os três acima citados são exemplos) oscilaram entre +1,5 (de +0,7 a +2,2), referente à parte mais interna de Londres, e -0,8 (de +3,1 a +2,3), referente ao conjunto de certo tipo cidades pequenas, enquanto as taxas anuais de saldo migratório, na mesma comparação cronológica e divisão espacial, ficaram entre o máximo de +7,9 (de -19,5 a -11,6), novamente para a área interna de Londres, e o mínimo de -5,4 (de +10,7 a +5,3), correspondente aos distritos com cidades novas (idem, pp. 393-394). Diante do exposto, é compreensível que poucos autores analisem de modo mais específico o crescimento vegetativo, sendo muito maior o número dos que se concentrem na análise das migrações. Geralmente contentam-se com o saldo migratório, havendo por destacar os que enfocam o movimento desdobrado nas duas direções opostas, como os trabalhos já referidos atrás quanto a esses aspectos, o que possibilita a melhor compreensão do processo.

Tanto estudos que se baseiam na comparação da população residente nos anos limítrofes do período examinado, quanto outros apoiados nas migrações, muitas vezes decompõem o contingente demográfico em categorias étnicas, etárias, por sexo, profissionais, sócio-econômicas ou de outra natureza. Nem sempre consideram o universo completo, tomando todas as categorias formuladas na respectiva classificação, mas pinçam algumas delas, que interessem de modo mais direto ao que se pretende analisar. Assim, por exemplo, KEEBLE (1980 e 1983) considera a mão de obra empregada na indústria, já que seus estudos se ocupam de modo direto do deslocamento dessa atividade econômica, no Reino Unido e na Comunidade Européia, respectivamente. Nem sempre o motivo da escolha é tão óbvio como nesse caso. HUGO, por exemplo, em seu estudo genérico sobre a contra-urbanização na Austrália (1988), analisa a população envolvida sob grande número de variáveis, entre as quais as pessoas que recebem pensões do Estado, já que comumente se aponta que em boa parte o aumento da migração das metrópoles para cidades menores e o campo repousa no aumento dessas concessões.

Em trabalhos enfocando os Estados Unidos, é comum analisar-se a composição étnica dos contingentes demográficos envolvidos nas migrações, já que lá, há mais tempo que na Europa, questões de padrões diferentes de cada grupo, segregação, preconceito, nível sócio-econômico associado etc. influem. Assim faz, por exemplo, FREY, em seus trabalhos de 1989, 1993 e 1995, sendo que nesse último, entre outros aspectos, também classificou a população em pobres e não pobres.

Através da análise de vários trabalhos de diferentes autores, mais e mais critérios de decomposição da população viriam a lume, não sendo objetivo do presente escrito esgotar a questão.

Também na decomposição do espaço geográfico, para dar o embasamento territorial do estudo, os critérios são muito variados, dependendo da maneira com que a realidade urbana se apresenta em cada caso, do grau de detalhamento ensejado pelo respectivo autor e das informações disponíveis.

Na Austrália, por exemplo, onde a proeminência das capitais dos cinco Estados continentais é muito marcante, passando-se delas para cidades já muito pequenas, pode-se trabalhar tranquilamente com a dicotomia “metrópole” (correspondendo a área metropolitana das capitais) e “country” (que em inglês significa tanto país como campo), como faz BURNLEY (1988, pp. 278-279) em suas análises mais genéricas.

Já nos Estados Unidos, onde a escala dimensional dos agrupamentos urbanos é bastante gradual, os diferentes autores costumam subdividir em maior número de categorias, como já fez BERRY em seu clássico trabalho (1976, pp. 18-20), ao formular as seguintes: áreas metropolitanas com mais de 3 milhões de habitantes, idem, com população entre 1 a 3 milhões, outras áreas metropolitanas, condados [não metropolitanos] com 20% ou mais de migrantes pendulares a áreas metropolitanas, idem, nos quais esse índice fica entre 10-19% e, como última categoria, os “condados periféricos”. Logo se denota a preocupação em definir adequadamente os fenômenos de exurbanização, através desse tratamento específico dos condados não metropolitanos com significativa incidência de migrantes pendulares, possibilidade que apenas os levantamentos estatísticos e/ou censitários de alguns países permitem. De forma parecida, BEALE (1977, pp. 114-5) subdividiu os condados não metropolitanos em adjacentes a áreas metropolitanas e não adjacentes, através do que se pode avaliar, de certa forma, a exurbanização ocorrente durante o período avaliado. Esse autor também classifica os condados não metropolitanos conforme algumas das características que tinham no ano inicial do período estudado (1970): “com saldo migratório de 10% ou mais em idade de aposentadoria”, “com uma faculdade estadual (senior State college)”, “30% ou mais empregados na indústria”, “30% ou mais empregados na agricultura”, “40% ou mais de população negra”, “10% ou mais de população militar”. BEALE ainda formula mais três classi-

ficações dos condados não metropolitanos (interessando-se visivelmente mais pela característica das áreas receptoras das migrações), baseadas, respectivamente no número de habitantes da maior cidade contida, da densidade demográfica e da renda média familiar.

A classificação das unidades territoriais conforme suas características também aparece, por exemplo, no trabalho de CHAMPION (1994, p. 1511) sobre a Grã-Bretanha, no qual são formuladas as seguintes categorias: Londres (subdividido em porção interna e porção externa), distritos metropolitanos (subdividido em cidades principais e outros distritos), e parte não metropolitana da Grã-Bretanha (subdividida em a- cidades grandes, b- cidades pequenas, c- áreas industriais, d- “new towns”, e- áreas de turismo, porto e residência de aposentados, f- áreas urbanas e mistas urbanas-rurais e g- áreas remotas, bastante rurais). É de notar que a discriminação entre urbano e rural em estudos de contra-urbanização aparece com certa raridade e, quando ocorre, isso acontece mais dessa forma, ou seja discriminada conforme a característica mais urbana ou mais rural da área e não pela forma como a população é recenseada numa ou noutra dessas categorias. OGDEN (1985, p. 33) classifica as comunas rurais da França em: 1) incluídas em zonas de povoamento industrial e urbano, 2) parcialmente incluídas e 3) inteiramente externas a essas zonas, critério retomado em WINCHESTER e OGDEN (1989, p. 170).

CHAMPION, em seus estudos sobre a Grã-Bretanha, utiliza também a divisão do espaço nacional em “local labour market areas” (bacias de mão-de-obra), formuladas pela universidade de Newcastle upon Tyne, em número de 281 para todo o país, cada uma das quais é “uma área relativamente auto-suficiente, orientada em termos de migração pendular a seu centro urbano, definido a base de mensurações de emprego e comércio varejista” (CHAMPION, 1988, p. 16). Enfim, à semelhança de preocupações norte-americanas nesse sentido, apresenta a vantagem de incluir os exúrbios nas formulações territoriais abrangendo as maiores cidades. Ao mesmo tempo, diante do número relativamente reduzido de unidades, possibilita uma análise com maior grau de generalização, o que, conforme o caso, pode ser ensejado. Com o mesmo escopo e um grau de generalização territorial ainda maior, KONTULY e outros (1986, pp. 171 e 172) analisam a contra-urbanização da então Alemanha Ocidental através das 58 “regiões funcionais urbanas”, cobrindo todo o país, delimitadas por órgão oficial e correspondendo a “localidades centrais de elevado nível e suas hinterlândias”.

Em seu estudo abrangendo o conjunto da Europa Ocidental (compreendendo os países que não foram comunistas), CHESHIRE (1995, pp. 1050-1059) considera todas as regiões funcionais urbanas dessa parte do continente com mais de 330 mil habitantes. CERESA e outros já haviam feito o mesmo em 1983 (p. 290), enfocando boa parte desses países, tomando as regiões funcionais urbanas com mais de 200 mil habitantes, rotulando-as de “grande concentração urbana” em contraposição

ao “resto do país”. Tal confronto dual, proposto em muitos trabalhos, também é formulado por VINING e PALLONE (1982) em seu artigo sobre a migração entre regiões “core” e regiões periféricas em 22 países, no qual essas regiões, compreensivelmente bem amplas, dada a vasta abrangência do estudo, são formuladas com base nas subdivisões administrativas de nível mais elevadas dos respectivos países, sendo consideradas regiões “core” de um país “as dominantes em termos econômicos e políticos, que contém as principais cidades do país e tradicionalmente vivenciaram altas taxas de imigração a partir das outras regiões, menos urbanizadas, periféricas” (p. 340). Com tal delimitação e agrupamento, tanto a Grã-Bretanha, quanto a Alemanha Ocidental, para citar dois exemplos, são decompostas em apenas cinco regiões cada uma, com o que um estudo desse tipo acaba mostrando eventual contra-urbanização em termos muito genéricos (aliás esses autores não têm essa preocupação específica), ocultando nuances de cunho mais local, revelando muito mais rearranjos regionais, de tipo “centro-periferia”. Trata-se de enfoque que também conheceu bastante difusão em estudos geográficos, geralmente não associados de modo direto, explícito, à questão da contra-urbanização.

Com relação às formulações territoriais, também poderiam ser levantadas outras variantes ao longo dos numerosos trabalhos levantados. O que, no entanto, parece bastante relevante é o alerta dado pôr FORSTALL (1988) quanto ao emprego das mesmas definições territoriais para a análise da evolução (demográfica, pôr exemplo) durante um período dado. Assim, pôr exemplo, de 1970 a 1980 a população residente em território não metropolitano nos Estados Unidos cresceu 8,689 milhões se consideradas as delimitações (oficiais) vigentes em 1970, mas apenas 6.877 milhões se consideradas as delimitações vigentes em 1980, ou seja, 20,9% daquela inicialmente “não metropolitana” tornou-se “metropolitana” (p. 70). Vendo as coisas sob esse prisma, em países com forte crescimento populacional, a contra-urbanização pode ser maior ou menor, conforme o critério de análise. Por exemplo: às vezes as pessoas se mudam para um lugar menor, mas que está crescendo, logo assumindo as dimensões daquele que deixaram, que talvez tenha-se tornado maior ainda. A questão envolve avaliações em escalas absoluta e relativa, difíceis de resolver. Nos diferentes estudos prevalecem, no entanto, as delimitações fixas, definidas pelo ano inicial, final ou algum ano mediano da análise, quando considerado mais de um período.

O PROSSEGUIMENTO DA CONTRA-URBANIZAÇÃO A PARTIR DOS ANOS OITENTA

Em fins da década de 1970, quando o fenômeno da contra-urbanização tanta atenção despertou, especulava-se sobre o caráter duradouro ou não do mesmo, o que se expressava em alguns posicionamentos e até mesmo em títulos de trabalhos, despontando entre eles o de VINING e STRAUSS (1977): “Uma demonstração que a atual desconcentração de população dos Estados Unidos é uma ruptura definitiva (*clean break*) com o passado” e o de GORDON (1979), cujo artigo se rotula “Desconcentração sem um *clean break*”. A medida que o tempo foi passando e dados referentes à década de 80 foram se tornando disponíveis, a evolução da contra-urbanização pôde ser avaliada de modo concreto, esclarecendo o acerto ou não desse tipo de prognósticos. Analisemos inicialmente a situação com relação a países isolados, sintetizando informações contidas em vários trabalhos.

FREY, em artigo sugestivamente denominado “O novo renascimento urbano nos Estados Unidos” (1993), mostra como as *grandes* áreas metropolitanas (assim consideradas as com mais de um milhão de habitantes em 1990) do Norte do país, que haviam caído de um crescimento de +12,0% na década de 1960 para um (negativo) de -0,9% na de 1970, voltaram a crescer +2,8% na de 1980. Para as demais áreas metropolitanas dessa região as cifras são, respectivamente, +11,1%, +5,2% e +3,3%, e para o território fora de áreas metropolitanas da região +2,6%, +8,0% e +0,1%. Trata-se precisamente da parte do país onde a contra-urbanização fora mais pronunciada, sendo nítida a reversão da tendência, manifestada na volta do crescimento nas maiores aglomerações urbanas e em seu refreamento no território não metropolitano. Para o conjunto dos Estados Unidos, os índices são menos contrastantes, mas ainda assim significativos; tomando-se sequencialmente as três décadas (60, 70 e 80) têm-se: áreas metropolitanas grandes = +18,5%, +8,1% e +12,1%, demais áreas metropolitanas = +14,6%, +15,5% e +10,8%, território não metropolitano = +2,2%, +14,3% e +3,9% (p. 745).

Também na Noruega, país tão diferente do anterior, a “reversão (contra-urbanização) reverteu”, no dizer de HANSEN (1989). Lá, na década de 60, a população das áreas centralizadas por cidades com mais de 50 mil habitantes havia crescido a uma média anual de +1,4%, as centralizadas por cidades entre 10 e 50 mil habitantes +0,9%, as centralizadas por cidades entre 5 e 10 mil habitantes +0,4% e as áreas externas a tais polarizações -0,3%, indicando uma evolução ainda do tipo “urbanização”. Nos anos 70, essas taxas foram de +0,6%, +0,7%, +0,9% e +0,2%, respectivamente, mostrando o crescimento mais acentuado no âmbito das pequenas cidades, ou seja enquadrável como “contra-urbanização”, enquanto no quinquênio 1981-1985 passaram a +0,6%, +0,3%, +0,2% e -0,2%, voltando-se assim

a uma situação mais parecida à da primeira década retratada (HANSEN, 1989, p. 107, apoiado em Byfuglioen).

Em publicação rotulada “Variação da população e migração na Grã-Bretanha a partir de 1981: evidência de continuidade na desconcentração”, CHAMPION (1994), traz, além de compilações e análises muito detalhadas, os seguintes dados genéricos a propósito do crescimento demográfico no país, respectivamente para as décadas de 50, 60, 70 e 80: território metropolitano (compreendendo as grandes cidades e seu entorno) = +5,0%, +3,5%, -2,3% e +0,4%, território não metropolitano = +5,0%, +8,6%, +6,0% e +6,0%. Ou seja, apesar de continuar predominando o crescimento fora das grandes cidades, houve pequena reversão de tendência, a qual se revela mais acentuada quando os índices acima são comparados com os globais para o país (o que o autor salienta): +5,0%, +5,3%, +0,6% e +2,5% (pp. 1.508-1.509). Contudo, em trabalho anterior, qual seja capítulo de sua autoria no livro por ele organizado (1989), CHAMPION, então contando com dados apenas até 1987, havia chegado a uma conclusão um pouco diferente: “Investigações mais detalhadas indicam que a maior parte dos anos 70, bem como no início dos 80, foram caracterizados por uma redução na taxa de desconcentração, enquanto uma mais recente aceleração no saldo migratório a áreas menos urbanizadas sugere que um novo ciclo no deslocamento urbano-rural está em caminho” (p. 101). O autor chega a destacar essa dedução no título do referido capítulo “Reino Unido: a desconcentração da população como fenômeno cíclico”.

Já na Austrália, a contra-urbanização persistiu na década de 1980, mas a um ritmo mais reduzido, conforme HUGO (1989, pp. 63-64), eis que entre os quinquênios 1976-1981 e 1981-1986 a população das áreas metropolitanas (consideradas em limites fixos) teve sua taxa de crescimento aumentada de +6,3% para +6,7%, enquanto a das áreas não metropolitanas, posto que superior àquela em ambos os períodos, caiu de +9,5% para +7,8%.

Na Alemanha Ocidental, ao contrário, houve uma intensificação da contra-urbanização (“*intensification of the migration turnaround*”), segundo KONTULY e VOGELSANG (1989, p. 146), que em termos de evolução demográfica se traduzem nos seguintes índices de variação anual para o período 1980-1985, a serem comparados com os referentes a períodos anteriores, já comentados em outra parte do presente artigo: regiões funcionais urbanas com 2 milhões de habitantes ou mais = -0,27%, idem, com população entre 1,2 e 1,99 mil = -0,16, idem, com população entre 1,0 e 1,99 = -0,13, idem, com população entre 0,5 e 0,99 mil = +0,11, idem, com população inferior a 0,5 mil = +0,06. Sendo a variação anual referente a todo o país de -0,11, é de salientar que nas três categorias de regiões mais populosas, os índices indicam um despovoamento em nível mais acentuado que esse, contrastando com ligeiro crescimento positivo nas duas categorias inferiores.

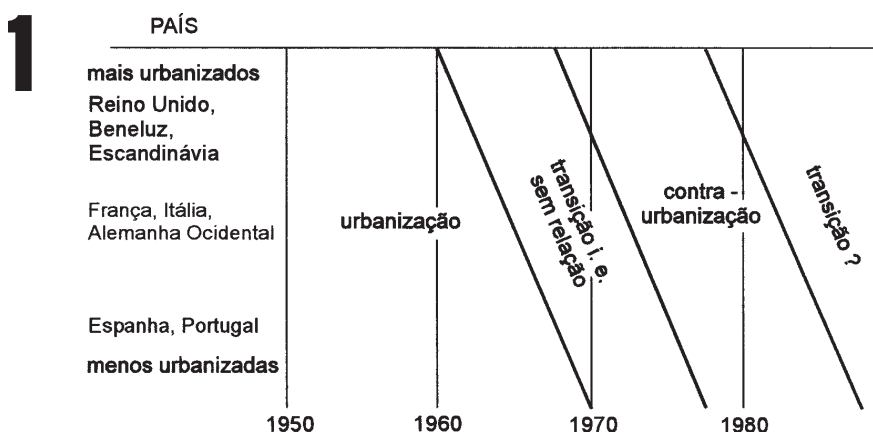
Pelo que foi visto, percebe-se que a contra-urbanização evolui de modo diferente de um país a outro. Isso torna-se ainda mais claro através de estudos enfocando, cada qual, vários países.

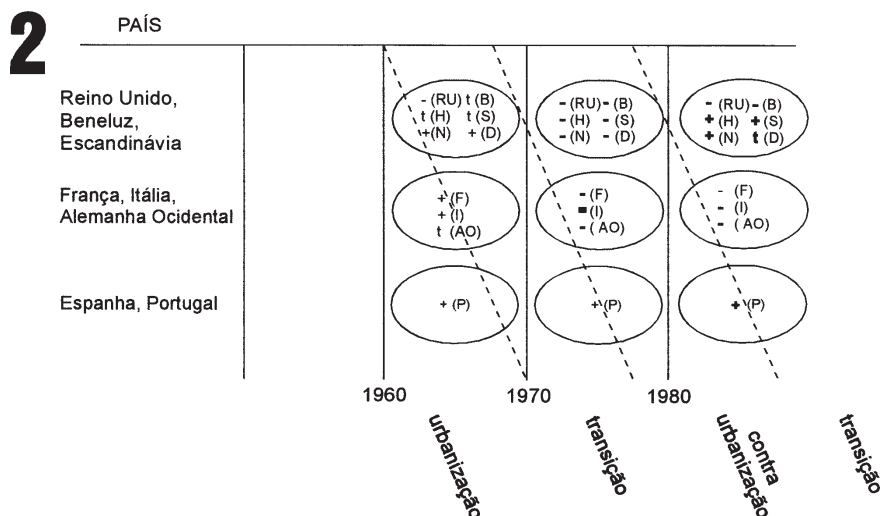
Um dos estudos do gênero é o de CHAMPION, publicado em 1994, no qual ampliou e atualizou tabulação apresentada anteriormente (1989, p. 16), baseada em dados compilados em trabalhos de Fielding. Sua tabela mais recente (1994, p. 1.505), incluindo cálculos próprios a partir de dados censitários, indica os coeficientes de correlação das relações entre o saldo migratório e a densidade demográfica, os quais quando positivos traduzem “urbanização” e quando negativos “contra-urbanização”, sendo que na comparação entre os períodos, constante da tabela, o sinal + indica evolução rumo ao primeiro desses fenômenos (acentuação ou inversão nessa direção) enquanto o sinal - indica a evolução rumo ao segundo (idem). A análise apoiou-se na subdivisão de cada um dos 13 países da Europa Ocidental considerados num número relativamente pequeno de regiões, sendo a quantidade assinalada entre parêntesis. A tabela 1 reproduz a de CHAMPION, ora comentada, com algumas alterações de apresentação.

CHAMPION (1994, p. 1.505) alerta para que se interprete os coeficientes de correlação com cautela porquê o nível de sua significância depende do número de regiões consideradas. Também o reduzido período tomado para a apuração dos índices de alguns países com referência aos anos 70 (informação que consta apenas no trabalho de 1989 de CHAMPION - p. 16) é de causar certa reserva, já que a migração de pessoas pode variar bastante de uma ano a outro, conforme já se viu em parte anterior do presente escrito, sendo assim temerário considerar-se um ano ou um biênio como representativos de uma década num estudo evolutivo que procura avaliar tendências referentes a períodos mais longos. Com tais ressalvas, a tabela de CHAMPION mostra a diversidade de evoluções entre os países, havendo praticamente um equilíbrio entre os que caminharam rumo à contra-urbanização na década de 1980 (ou conheceram a acentuação do fenômeno) e aqueles em que aconteceu o oposto. Nota-se também, que a contigüidade entre países, muitas vezes representativa de situação demográfica, cultural e econômica similar, não acarretou evolução semelhante em numerosos casos. Merece referência, ainda, o surgimento da contra-urbanização apenas na década de 80 na Irlanda e na Áustria, bem como sua não ocorrência em nenhum dos períodos analisados em Portugal. O caso da Noruega é curioso, pois conforme visto atrás, HANSEN (1989) aponta e admite a verificação da contra-urbanização no país no período 1971-1980, tendo o fenômeno já sido salientado anteriormente por MYKLEBOST (1984). No entanto, segundo a tabela de CHAMPION isso não teria se verificado; o fato de apoiar-se apenas no quadriênio 1976-1979 não fornece eventual explicação para a contradição, já que MYKLEBOST (1984) mostra como nesses anos a contra-urbanização estava a pleno vapor. A discrepância deve repousar na diferença de critérios utilizados na análise, o que às

vezes acontece na pesquisa de fenômenos caracterizados por certo número de variáveis.

Em 1989, FIELDING, com base nos dados de suas pesquisas, publicadas em 1982 e 1986 (também utilizados por CHAMPION, conforme visto), sustentou que a contra-urbanização se inseria num processo cíclico, que avançava por ondas vindas do Norte e Centro-Norte da Europa em direção à Península Ibérica: a partir de uma situação inicial de “urbanização” passava-se a um período de transição, sem definição clara de predomínio de uma ou outra corrente migratória, a uma situação de “contra-urbanização”, seguida de nova fase de indefinição. A figura 1 reproduz esquema de FIELDING (1989, p. 62), modificado apenas pela tradução. Conforme se vê, FIELDING, além de colocar os países na comentada seqüência geográfica, sobrepõe a ela escalonamento dos países em ordem de mais para menos urbanizados, o que não corresponde bem à realidade, pois segundo esse critério alguns países deveriam ser colocados em lugar diferente. A fim de comparar o modelo de FIELDING com a situação efetivamente verificada, redesenhamos o esquema indicando, país por país (dos por ele citados isoladamente ou na forma de blocos regionais) a ocorrência de contra-urbanização, de urbanização ou de situação em fase de inversão ou equilíbrio, baseando-nos em dados coletados pelo próprio FIELDING, eventualmente reelaborados por CHAMPION na forma comentada, e em outras fontes. Disso resultou a figura 2. Nela o sinal + indica ocorrência de urbanização, - indica ocorrência de contra-urbanização e t fase de transição entre essas situações, com crescimento igual ou próximo a zero, enquanto o reforço do sinal em negrito indica reversão à tendência indicada ou sua acentuação.





Pela figura 2 vê-se que as principais discordâncias com relação à proposição teórica de FIELDING residem no retorno aparentemente bem definido de Holanda, Suécia e Noruega à urbanização (e não numa situação de transição), na persistência de Bélgica e Reino Unido na contra-urbanização e na permanência da urbanização em Portugal, onde não ocorreu a contra-urbanização. Também é de notar a permanência da França, Alemanha Ocidental e Itália em processo de contra-urbanização (as duas primeiras apontadas como situação excepcional por FIELDING, 1989, p. 61).

No começo da década de 80, quando a análise ainda se restringia ao verificado na década de 70, CERESA e outros (1983, p. 291) assim haviam se manifestado a propósito de eventuais tendências gerais:

“A contra-urbanização ocorre sob diferentes formas nos vários países europeus. A partir dos exames dos dados, temos a impressão que essas diferenças no processo de descentralização não são relacionados nem com o tamanho do país nem com sua estrutura urbana geral. Pode ser postulado que haja uma correlação com o nível do desenvolvimento, sendo o processo de contra-urbanização mais marcante em países de desenvolvimento industrial mais avançado e por enquanto ausente em países de industrialização mais recente”.

Os autores também haviam formulado três grupos de países, colocando no topo, “entre outros”, Grã-Bretanha, Bélgica e Holanda, na categoria intermediária, “como exemplos”, Itália e Áustria, e na categoria de base, “ainda mostrando con-

centração urbana nos anos 70”, Grécia, Irlanda, Espanha e Portugal, os três últimos com base em dados do trabalho de FIELDING, de 1982.

Voltando a trabalhos bem recentes, CHESHIRE (1995) também agrupa os países da Europa Ocidental em três faixas geográficas, formuladas de modo um pouco diferente de FIELDING, incluindo por exemplo na “Europa do Sul” a República da Irlanda, uma incoerência geográfica, mas que deixa implícita a associação com o desenvolvimento industrial tardio. O estudo de CHESHIRE enfoca a migração de pessoas no interior de regiões funcionais urbanas com mais de 300 mil habitantes, envolvendo dessa forma mais diretamente fenômenos de suburbanização, exurbanização e retorno a porções mais internas das cidades, deixando de fora as principais migrações caracterizadoras de contra-urbanização. Por essa razão, esse trabalho não será esmiuçado aqui, valendo contudo a referência que, também quanto aos fenômenos considerados, nota-se uma evolução dos países de industrialização mais antiga, mais setentrionais, rumo aos de industrialização mais recente, em geral mais meridionais. Assim, no período 1981-1991, enquanto a “Europa do Sul” pela primeira vez apresentava uma situação mediana no primeiro dos quatro estágios de descentralização formulados pelo autor (procedentes de uma situação anterior de “centralização”), a “Europa do Norte” (Alemanha Ocidental, Benelux, Dinamarca e Reino Unido) retornavam a ele a partir do segundo estágio de descentralização, no qual haviam permanecido durante a década de 1970 (CHESHIRE, 1995, p. 1.051).

Os trabalhos que adentraram a análise nos anos 80 revelaram que a contra-urbanização é, de fato, passível de reversão, não tendo, porém, ocorrido em alguns países no período examinado. Por outro lado, ficou claro que ao menos um país da “Europa Ocidental”, Portugal, não foi afetado por contra-urbanização durante o tempo recoberto pelas análises. Fora da Europa, também o Japão, conforme mostra o estudo de TSUYA e KURODA (1989), está nesse caso, eis que apenas alguns movimentos demográficos isolados e fugazes são indicativos de alguma tendência nesse sentido, sem maiores reflexos no conjunto. Enfim, a contra-urbanização tem se revelado um fenômeno de ocorrência quase generalizada no Primeiro Mundo, sem no entanto abranger todos os países.

Fato que também merece ser destacado é que a ocorrência da contra-urbanização independe do tamanho das maiores cidades dos países afetados, parecendo mostrar que para os habitantes e a economia da Noruega, por exemplo, Oslo representa papel de “grande cidade” de modo semelhante ao desempenhado pelas muito maiores Paris e Londres na França e Reino Unido, respectivamente. Aliás, os resultados obtidos por este autor (LANGENBUCH, 1981) a respeito do encabeçamento de sistemas urbanos nacionais também apontam nesse sentido. Essa constatação nos encaminha à questão dos fatores da contra-urbanização, a ser examinada em seguida.

OS FATORES DA CONTRA-URBANIZAÇÃO

A investigação das causas da contra-urbanização e dos vários fatos demográficos, psicológicos, sociais, econômicos e políticos envolvidos, sempre tem sido uma das principais preocupações dos estudiosos devotados ao assunto.

Consoante praxe muito apreciada nos meios acadêmicos ligados a ciências humanas, comumente a busca de explicações seguiu o caminho dedutivo, começando pela formulação de hipóteses baseadas no contexto específico ou com vistas a situações mais abrangentes em termos espaciais, muitas vezes alicerçadas em teorias sociológicas, econômicas e/ou políticas, partindo depois para a comprovação através de dados coletados em pesquisas empíricas.

Como já foi referido, BERRY em seu clássico trabalho (1976), no qual enfocava de modo específico os Estados Unidos, levantou como hipótese de explicação fatos ligados a “predisposição cultural” dos habitantes desse país, tais como apreço por novidades, proximidade à natureza, liberdade de mudança, individualismo, impulsivonados (no período estudado pelo autor) pela fuga à crescente violência nas cidades e a reação aos esforços de promover a integração racial, rejeitada por muitos (pp. 24-28). As argumentações de BERRY são direcionadas de modo quase indiferenciado às migrações para mais longe (que passariam a ser encaradas como especificamente características da contra-urbanização pela maioria dos autores subsequentes) como à exurbanização e mesmo à suburbanização.

À medida que através dos estudos foi ficando claro que a contra-urbanização era um fenômeno bastante generalizado no Primeiro Mundo, foram sendo formuladas teorias mais genéricas, voltadas a um contexto geográfico mais amplo. Esse é, por exemplo, o caminho trilhado por FIELDING (com relação à Europa Ocidental), que aduz posicionamento seu a explicações que já vinham tendo aceitação consensual:

“Resumindo, até aqui nós temos o seguinte [em termos de explicação]: a urbanização reduziu-se por um decréscimo no êxodo a partir da agricultura, melhoria nos transportes e comunicações, provimento de serviços públicos em locais não metropolitanos, aumento da migração de aposentados e algumas fugas (*dropouts*) da cidade. Seria isso suficiente para explicar a reversão nas tendências na redistribuição da população? Certamente que não.”

“O que falta é um conjunto de idéias ligando os processos de redistribuição da população às principais mudanças econômicas e sociais que estavam transformando os países da Europa Ocidental no período de após-guerra. No meu julgamento, essas idéias podem ser encontradas na literatura de economia política e mais especificamente nos conceitos de divisões especiais de trabalho e regimes de acumulação....”(FIELDING, 1989, p. 64)

O autor citado prossegue, historiando esses processos e sustentando sua teoria, já exposta em trabalho anterior, em cuja conclusão realça as causas econômicas e iniciativas empresariais: “É ao continuar em fazer algo que sempre fizeram - ou seja, mudanças no que, como e onde produzir bens e serviços de molde a permanecer rentáveis - que as firmas têm atuado como os principais agentes na distribuição da população, isto é como as geradoras primárias da contra-urbanização” (FIELDING, 1982, p. 32).

Na pesquisa empírica das causas da contra-urbanização, uma das técnicas empregadas, de investigação mais direta, consiste na formulação de perguntas a respeito dos motivos da mudança de local de residência aos migrantes (que se estabeleceram no campo ou em cidades pequenas, procedentes de grandes cidades), seja por questionários aplicados por pesquisador *in loco*, por telefone ou pelo correio.

Assim, por exemplo, JONES, CAIRD e outros (1986), em 338 entrevistas a migrantes ingleses em localidades bem rurais e periféricas da Alta Escócia (caso bastante especial, logo se vê), obtiveram as seguintes respostas como principal motivo do deslocamento: 57% - busca de área mais agradável para morar, 24% - razões de trabalho, 9% - morar próximo de parentes ou amigos, 2% - conseguir casa e 8% - outros motivos (p. 23).

Cite-se como outro caso a pesquisa de ROSEMAN e WILLIAMS (1980), enfocando as migrações das áreas metropolitanas dos Estados Unidos a condados não metropolitanos sítos na porção setentrional do Meio-Oeste do país, dos quais foram selecionados os 75 cujo saldo migratório (positivo) entre 1970 e 1975 superava 10% da população apurada no ano inicial. Valendo-se de inquéritos por telefone, aplicados a 499 migrantes, selecionados aleatoriamente através de listas telefônicas de períodos diferentes, perguntando-os sobre o principal motivo de sua saída da área metropolitana de origem e da escolha da área específica de sua nova fixação, obtiveram os seguintes resultados: motivo ligado a trabalho (inclusive situação de desemprego) - S: 18,8%, EANF: 15,2%; ligações familiares ou sociais, apego por questões de nascimento ou residência anterior, propriedade imobiliária na área procurada (situações resumidas como “laços”) - S: 12,0%, EANF: 50,5%; questões ambientais, tais como atributos negativos da cidade de origem e positivos da área de destino - S: 40,5%, EANF: 27,5%; aposentadoria - S: 17,2%, EANF: resposta não cabível; outros (tais como saúde, divórcio, casamento, escola ou simples vontade de mudar) - S: 11,4%, EANF: 6,8%. ROSEMAN e WILLIAMS casaram as respostas a ambos os quesitos e no caso das três primeiras classes de resposta acima expostas obtiveram os maiores índices para os casos de motivos da mesma categoria tanto para a saída como para a escolha do novo local, enquanto entre os respondentes que indicaram aposentadoria ou “outras” como razão principal de saída, o maior índice de principal motivo na escolha do novo local coube à categoria “laços”.

Recurso até mais utilizado, viável para ao menos se *inferir* as causas da contra-urbanização, consiste em desdobrar a população migrante de acordo com várias classes de atributos (faixas etárias, estado civil, escolaridade, ramo de atividade, situação de atividade ou aposentado ou pensionista, de empregado ou desempregado, nível de renda, migrante de retorno ou não etc.), relacionado-os com os atributos dos espaços geográficos envolvidos no deslocamento.

JONES, CAIRD e outros (1986), já citados acima, também utilizam a técnica ora comentada, através de índices de correlação entre as variáveis demográficas e as espaciais, comprovando, por exemplo, a hipótese de correlação positiva entre a ocorrência de residências secundárias e outras formas de alojamento turístico em certas comunas da Alta Escócia e a imigração inglesa, explicável segundo eles pela beleza paisagística, boa qualidade de vida ocorrentes nas mesmas e a familiaridade dos migrantes com as comunas em razão de férias anteriormente passadas ali (pp. 19-21). KEEBLE (1980), em estudo sobre a transferência de boa parte das indústrias do Reino Unido para áreas rurais, entre 1971 e 1976, efetua *testes de regressão múltipla* entre variáveis dependentes e quatro variáveis independentes, concluindo através desse recurso, entre outras coisas, que o impacto dos incentivos de política regional (destinados a favorecer a desconcentração) foi muito fraco ou mesmo inexistente na reorganização espacial da indústria (p. 959).

CHAMPION, no capítulo conclusivo do livro por ele organizado, contendo além de capítulos iniciais de sua própria lavra, estudos sobre a contra-urbanização em 11 países (dos quais, o sobre o Reino Unido também é de sua autoria), sintetiza (pp. 236-237): “Em vários estágios deste livro, o *turnaround* é visto como sendo o produto de um ou mais dos seguintes [fatores]:”, enumerando-os da maneira como serão reproduzidos em seguida. Na realidade, explicações desse gênero já vinham sendo formuladas durante a formação do corpo de teoria sobre o assunto, gerando não raro polêmicas a respeito da real ocorrência dos vários fatores ou de sua relevância relativa. Com base em leituras desse material bibliográfico, acrescentaremos algumas observações, grafadas em *itálico*.

Eis os fatores formulados por CHAMPION:

1. A expansão dos campos de migração pendular em torno dos centros de emprego. *Isso, na realidade, explica a exurbanização.*
2. A emergência de deseconomias de escala e problemas sociais em grandes cidades.

Quanto à primeira parte da formulação, tem-se falado muito em “deseconomias de aglomeração”, contrapostas às “economias de desaglomeração” nas áreas receptoras. Sobre a transferência de atividades fabris, a bibliografia é bastante vasta, salientando numerosos aspectos, tais como questões de disponibilidade de espaço e facilidade de acesso, disponibilidade,

custo e grau de organização sindical da mão de obra ensejada. O último aspecto, implicando em maior potencial reivindicatório do operariado, usualmente é mais elevado nas grandes cidades de industrialização mais antiga, sendo, ao lado de outros, importante fator de preferência dos empresários por localidades menores.

3. A concentração da população rural em centros urbanos locais. *(Ao invés de migrar a grandes cidades.)*
4. A redução do efetivo de eventuais emigrantes vivendo em áreas rurais. *Ou seja, o êxodo rural teria chegado ao fim, não havendo mais excedentes demográficos produzidos por elevada natalidade, nem tornados desnecessários pela mecanização agrícola.*
5. A disponibilidade de subsídios governamentais para atividades rurais. *Essa praxe, como é sabido, têm-se tornado cada vez mais comum no Primeiro Mundo.*
6. O crescimento do emprego em ramos específicos de atividade, de caráter localizado, tais como mineração, defesa e turismo.

A explosão do turismo realmente deve ter influído bastante, a julgar pelo exemplo da Grã-Bretanha, onde pensões turísticas pululam mesmo ao longo de estradinhas sitas em áreas de beleza paisagística apenas corriqueira.

7. A reestruturação da indústria e o associado crescimento de fábricas filiais. *O surgimento e difusão da indústria de alta tecnologia certamente se enquadra neste item, sendo ela apontada por muitos como fator de desconcentração industrial, logo de contra-urbanização.*
8. Aperfeiçoamentos na tecnologia de transportes e comunicações. *Isso torna os já residentes fora dos grandes centros menos isolados, contribuindo em sua decisão de permanecer em localidades menores ou no campo, além de favorecer o deslocamento dos cidadãos a essas áreas e a manutenção de contatos deles com os locais de origem. O mesmo dá-se com os empreendimentos econômicos.*
9. O aperfeiçoamento da educação, saúde e outros elementos de infra-estrutura em áreas rurais.
10. O crescimento do emprego no setor público e em serviços pessoais.
11. O sucesso de políticas governamentais explicitamente espaciais. *Por certo, CHAMPION se refere a políticas de desconcentração espacial e/ou de valorização de regiões atrasadas.*
12. O crescimento de pagamentos de assistência social, pensões privadas e outros benefícios. *O seguro-desemprego inclui-se aqui. Como não dependem, pelo menos momentaneamente, do mercado de trabalho, as pessoas contempladas podem encontrar condições de vida mais agra-*

dável e mais barata (sobretudo em termos habitacionais) nas localidades menores.

13. A aceleração das migrações de aposentados. *Isso decorre não só do aumento de sua preferência por residência em localidades menores ou o campo, mas também de sua maior participação na composição da população.*
14. A mudança nas preferências residenciais de pessoas em idade de trabalho e de empresários. *Qualidade de vida associada com proximidade com a natureza, beleza paisagística e ausência de poluição, congestionamentos de trânsito etc. passou a ser mais valorizada.*
15. Mudanças na estrutura etária e na composição e tamanho dos grupos familiares ocupantes de uma mesma moradia (household).
16. O efeito da recessão econômica em migrações rurais-urbanas e de retorno. *(Certamente freando as primeiras e impulsionando as últimas.) Como a contra-urbanização não se verificou ao mesmo tempo nos diferentes países que a conheceram, parece que não se pode invocar fenômenos econômicos ocorrentes em escala mundial, mas apenas os mais localizados.*
17. O primeiro turno de um novo padrão cíclico de investimento de capital em propriedade e negócios.

Como se esses fatores, tomados isoladamente, já não fossem numerosos o suficiente, ainda se pode aduzir alguns, referidos em um ou outro estudo sobre o assunto. Assim, por exemplo, considerações de natureza étnica parecem influir, em alguns casos, na decisão de moradores em sair de grandes cidades.

Conforme visto acima, BERRY já se referia a isso em 1976, a propósito dos Estados Unidos. FREY e LIAW (1998), num dos raros artigos do gênero já utilizando dados da década de 90, expõem a questão, a respeito do mesmo país, no próprio título: “Concentração de imigrantes e dispersão dos migrantes domésticos: será o movimento a áreas não metropolitanas uma ‘fuga branca’?”, chegando à conclusão que parte do deslocamento tem realmente tal característica. É significativo, a propósito, que nas 10 áreas metropolitanas com maior intensidade de imigração estrangeira entre 1990 e 1996, apenas em uma (Boston), a proporção dos brancos “não hispânicos” na população total é superior a 80% em 1994, enquanto nos 40 condados não metropolitanos com maior entrada de migrantes nacionais, nada menos que 33 (82,5%) apresentam tal composição (pp. 217-223). Dada a atitude freqüentemente hostil a imigrantes estrangeiros por parte de parcela apreciável da população nacional de alguns países europeus, é possível que neles também ocorra alguma “fuga” étnica a partir das grandes cidades.

Em países recortados internamente por fronteiras lingüísticas, essa questão pode condicionar o outro lado da migração contra-urbanizante, qual seja a escolha da área de nova implantação. Assim, segundo FIELDING (1982, p. 37), na Bélgica, à exceção das migrações originárias e destinadas ao Brabante (a província contendo Bruxelas, a capital bilingüe), as demais ocorrem sobretudo no interior de cada uma das duas regiões lingüísticas (holandesa e francesa). BUTZIN (1988, p. 9) relata situação semelhante com relação ao Canadá. JONES, CAIRD e outros (1986, p. 20) concluíram que, até certo ponto, os ingleses que migram a rincões recônditos da Alta Escócia evitam, para sua nova fixação, as áreas em que a população local é de língua gaélica, temendo “oposição de fundo cultural” por parte dela.

Os 17 fatores listados por CHAMPION, além de mais um ou outro que, à exemplo do étnico, ora referido, são citados aqui e acolá na bibliografia especializada, podem ser enfeixados em algumas grandes categorias de motivações genéricas.

Assim, sob certo enfoque, temos:

- I. Fatores que induzem pessoas e/ou empresas a deixar as grandes cidades (*push factors*);
- II. Fatores que induzem pessoas e/ou empresas instaladas em cidades menores ou o campo a nelas permanecer;
- III. Fatores que atraem pessoas e/ou empresas a cidades menores ou ao campo (*pull factors*). Essa categoria de fator pode funcionar tanto no sentido espacial genérico (o “mito do campo”, por exemplo, como influir no destino específico da transferência.

A propósito do item II acima, merece referência especial o caso de regiões do nordeste e do centro da Itália, em que uma estrutura agrária familiar e uma densa rede de pequenas e médias cidades favoreceu o desenvolvimento de florescente pequena indústria, valendo-se de iniciativas e mão de obra locais, segurando assim a população (DEMATTEIS, 1986, p. 29 e VEIGA, 1999, p. B2). Bagnasco, citado em ambas as fontes indicadas, rotula o conjunto territorial em forma de meia-lua composto por essas regiões, de Terceira Itália, ou seja uma situação alternativa ao Norte tradicionalmente industrializado e o atrasado Sul, cujo desenvolvimento de há muito o governo nacional procura incentivar.

Visto sob outro ângulo, pode-se afirmar que a contra-urbanização é fruto de:

- I. Motivações de fundo econômico, envolvendo questões de custo (da mão de obra, de imóveis, das necessidades básicas das pessoas) disponibilidade dos recursos almejados (mão de obra do tipo necessário, empregos do tipo desejado), ganhos (lucros, salários), relação custo-benefício;
- II. Motivações de fundo não econômico, mas ligadas à qualidade de vida, tal como ambiente saudável, beleza paisagística, maior proximidade com a natureza, maior proximidade entre casa e local de trabalho etc.

É difícil avaliar o peso relativo de cada uma dessas categorias de motivação, variando inclusive a opinião manifesta ou implícita dos diferentes estudiosos a respeito. O pioneiro BERRY (1976), por exemplo, colocava em destaque decisões individuais de cunho mais social, cultural etc., conforme já comentado. Como notável autor com posição diferente, tomemos FIELDING, que em vários trabalhos (1982, 1988, 1993) faz referência às motivações individuais que impellem à contra-urbanização, mas enfatiza sobretudo as causas de cunho econômico, conforme já ficou patenteado atrás.

As motivações não econômicas, subordinadas a preferências individuais aparecem como preponderantes em algumas pesquisas, como a de JONES e outros sobre a migração de ingleses à Alta Escócia, já comentada acima. Tal situação também ocorre no Litoral Norte do estado australiano da Nova Gales do Sul (procurado sobretudo por pessoas que saem de Sydney), a ponto de WALMSLEY e outros destacarem o fenômeno no título de seu artigo (1998): “.....:contra-urbanização motivada por estilo de vida”. Entre outras coisas chegaram à conclusão que “o Litoral Norte é encarado como atrativo e em decorrência muitas vezes as pessoas ajustam suas carreiras de molde a poderem mudar para a área” (p. 114). Numa amostra de 150 domicílios, localizados em duas circunscrições administrativas bastante preferidas pela migração, foi aplicado questionário, solicitando-se aos moradores que dessem notas variando de 1 (muito importante) a 5 (de nenhuma importância) a 18 fatores listados, resultando que as médias maiores (menores em termos numéricos) couberam a *clima mais agradável* - 1,61, *estilo de vida mais calmo* - 1,65 e *ambiente físico atraente* - 1,66. As primeiras respostas indicativas de fatores econômicos a aparecer na lista foram *melhor casa em relação ao custo*, em sexto lugar, com média 2,52, seguida por *melhores oportunidades de trabalho*, em sétimo, com média 2,54 (WALMSLEY e outros, 1998, p. 114). Também nas entrevistas aplicadas por ROSEMAN e WILLIAMS em condados selecionados no Meio-Oeste dos Estados Unidos junto a migrantes procedentes de áreas metropolitanas, conforme visto acima, 40,5% dos inquiridos indicaram questões ambientais como principal razão de sua decisão de saída do local de origem, enquanto apenas 18,8% referiram motivo ligado a trabalho.

Nos casos acima, as áreas de nova fixação correspondem apenas a parcelas dos respectivos territórios nacionais, caracterizados por beleza natural, caráter ainda bastante rural e pouco industrializados, sendo, portanto, de esperar que motivações ambientais, ligadas a qualidade de vida percam em importância relativa num contexto espacial mais amplo, abrangendo, por exemplo, também cidades de porte médio dos respectivos países, igualmente procuradas por pessoas e/ou atividades econômicas procedentes das grandes cidades. No entanto, esse tipo de motivação não é de todo ausente por parte dos dirigentes empresariais, em que pese sua compreensível preocupação fundamental com questões econômicas ao empreen-

derem mudança de localização de seus estabelecimentos ou novas implantações. Assim, por exemplo, em pesquisa conduzida junto a 159 filiais de fábricas instaladas por indústrias norte-americanas durante a década de 70, 35% dos inquiridos indicaram como um dos importantes fatores locais em escala regional ou estadual o fato da área escolhida ser “local atraente para engenheiros e gerentes morarem” (CHAPMAN e WALKER, 1991, p.51, citando SCHMENNER). Como a contra-urbanização nos Estados Unidos se processou em associação com certa migração do Nordeste rumo a regiões de beleza paisagística e clima mais ameno do Sul e Sudoeste do país (“Sunbelt”), é quase impossível que motivações ambientais, não econômicas, não estivessem presentes nas decisões de mudança das pessoas em geral e dos empresários.

Todos os fatores, tomados de modo detalhado (como os arrolados por CHAMPION) ou globalizados, como vimos comentando nos parágrafos anteriores, ocorrem muitas vezes de modo associado ou uns provocando o surgimento dos outros. Assim, por exemplo, SANT e SIMMONS (1993, p. 291) argumentam que a contra-urbanização é tanto *induzida por empregos ou produção* (“job-led” ou “production-led”), como *induzida pelo consumo* (“consumption-led”), referindo-se, no primeiro caso, aos empregos ou possibilidades de trabalho criadas por empresas (ou profissionais autônomos) que se instalaram na área receptora e, no segundo caso, a empresas ou profissionais que se estabeleceram ali aproveitando o mercado de consumo local gerado por aquelas iniciativas econômicas e pessoas nelas engajadas, bem como por pessoas inativas (aposentados, pensionistas, desempregados) migradas à área sem motivação, ao menos imediata, de trabalho. Estão no segundo caso, por exemplo, o comércio varejista e prestação de serviços voltadas ao abastecimento dos que vieram trabalhar em alguma fábrica transferida ao local. Tais atividades são classicamente rotulados de “setor não básico de atividades” (“básico” é o primeiro grupo, com produção voltada a um mercado externo à área) em Geografia Urbana, correspondendo também ao chamado “efeito multiplicador” da terminologia econômica. MOSELEY (1984), com enfoque dicotômico parecido, fala em “people-led explanations” (explicações baseadas nas preferências pessoais), em oposição às “job-led explanations” (explicações baseadas na oferta de empregos).

É curioso como em países menos populosos, mas também afetados pela contra-urbanização, vários dos fatores relacionados são apontados, dentre aqueles causadores do processo, embora as características dimensionais, entre as quais o modesto porte das maiores cidades, a rigor não o justificariam. Veja-se, por exemplo, o caso da Noruega, com 4,1 milhões de habitantes em 1983, contando a maior cidade, Oslo com 449 mil em seus limites administrativos e 725 na área metropolitana, generosamente delimitada (dados do Atlas da Encyclopaedia Britannica). Em torno da cidade propriamente dita, estende-se uma periferia semi-rural de grande beleza

paisagística, com topografia movimentada, salpicada de bosques e lagos. Morar ali, a poucos minutos do centro da capital por automóvel, bonde, metrô (!) ou trem, pode parecer o supra-sumo dos anseios de qualidade de vida, contato com a natureza etc., mas parece não satisfazer integralmente aos noruegueses quanto a essas coisas. Assim, MYKLEBOST (1984), além de se referir a fatores especificamente noruegueses da contra-urbanização (modesta, é verdade) que o país conheceu nos anos 70, comenta:

“A assim chamada ‘onda verde’, sem dúvida, teve algum efeito. As vantagens da vida no campo ou em cidades pequenas sempre foram valorizadas por uma nação em que a maioria das pessoas têm parentes em tais lugares, em que raízes de origem tendem a ser fortes. A vida ao ar livre é popular e não é associada com a cidade. A pessoas com experiência metropolitana deve soar levemente cômico ouvir lamentações de noruegueses sobre congestionamento, barulho e fumaça em suas modestas cidades. Contudo, pesquisas a propósito de preferências residenciais mostraram como tais atitudes se tornaram generalizadas nos anos recentes” (p. 174).

Enfim, a imagem mental de *grande cidade*, com as qualidades e defeitos que lhe são atribuídas, parece ser a mesma ou muito parecida por toda a parte, tendo sido construída, tudo indica, a partir da realidade encontrada nas grandes metrópoles do planeta. Porém, cada povo associa esse estereótipo à realidade existente em seu próprio país, atribuindo as características do imaginário um tanto uniforme, “globalizado”, de grande cidade à(s) maior(es) cidade(s) nele localizadas, mesmo que ali tais características não ocorram ou ocorram de modo atenuado ou diferente. É claro que tal percepção pode gerar comportamentos que contribuam no desencadeamento de processo de contra-urbanização.

Se o discernimento dos fatores da contra-urbanização foi objeto da maioria dos estudos voltados ao assunto, o mesmo empenho explicativo ainda não ocorreu com relação à reversão do processo, verificada em vários casos, conforme foi visto. O caráter mais recente e menos generalizado do último fenômeno podem explicá-lo. CHAMPION, em artigo de publicação posterior ao livro por ele organizado (1989), mas curiosamente datado como de 1988, dedica-se à questão; após analisar várias possibilidades de explicação, inclusive com apoio em teorias lançadas por outros autores a propósito da contra-urbanização, comenta:

“.... as últimas tendências rumo à reconcentração poderiam ser o resultado da combinação temporária de condições favoráveis da mesma forma que muitos agora sustentam que a amplamente difundida tendência rumo à contra-urbanização e crescimento da periferia o teria sido no início dos anos 70. O crescimento dos serviços comerciais (business services), a onda de adultos jovens e o menor nível na construção de residências para

famílias estão entre os eventos que coincidiram com a revivificação das grandes metrópoles; porém, nem todos são unidirecionais nem é provável que prossigam no mesmo ritmo no futuro”(pp. 258-259).

A questão da revivificação das grandes metrópoles, levantada por CHAMPION, realmente vêm se verificando, sendo objeto de numerosos estudos, geralmente enfocando aspectos específicos, tais como a “gentrificação” (revalorização de porções tradicionais da cidade que haviam entrado em decadência) e a substituição de usos de solo em partes não mais utilizadas de áreas portuárias, reedificadas para servirem a objetivos de lazer, cultura, comércio e/ou residência. Outro fator, não referido no trecho supra do referido autor, mas que já deve ter influído de alguma forma no sentido de frear ou reverter a contra-urbanização consiste em restrições legais que em muitos lugares vêm sendo impostas à ocupação de natureza urbana em áreas campestres, ocorra ela na forma de casas de não agricultores em pleno campo ou do crescimento horizontal meio desordenado de pequenas cidades, medidas tomadas para evitar danos ambientais e/ou perda de espaço para atividades agrícolas. Trata-se de assunto, que à semelhança dos dois anteriores, vem ensejando o surgimento de muitos estudos específicos.

É claro que pessoas e atividades deslocadas em processo de contra-urbanização não se dirigem exclusivamente a ambientes rurais e às pequenas cidades disseminadas em meio a eles, mas também a cidades de porte médio ou até grande, mas inferior ao das maiores do país, de onde costumam sair as principais correntes migratórias; no entanto, as aludidas medidas de contenção mostram como a contra-urbanização, com o inerente descongestionamento (ou ao menos refreamento de congestionamento ainda maior) e a melhor distribuição da população através do território nacional, não é um fenômeno necessariamente benéfico a todo o país, resultando às vezes numa situação de “se despir um santo para vestir outro”.

Procurando analisar a ocorrência de contra-urbanização e seu refluxo em escala cronológica mais ampla, o pioneiro estudioso BERRY volta à carga e em 1988 testa o “muito abusado, mas recentemente reabilitado, conceito das ondas longas [ciclos longos]” (BERRY, 1988, r. 1996, p. 259), apoiando-se em idéias de Burns e Mitchell e nos ciclos de 55 anos de duração sustentados por Kondratieff, com picos de crises inflacionárias em 1814-15, 1864-65, 1919-20 e 1981-82 e vales de baixa desses valores nas décadas de 1840, 1890 e 1930. BERRY calculou o crescimento do produto nacional bruto e os respectivos índices per capita, década por década, para os Estados Unidos, resultando que, grosso modo, os períodos de maior crescimento econômico coincidem com os períodos de menor inflação. Em seguida, jogou os dados decenais de “crescimento urbano devido à migração”, do mesmo país, na análise, notando que esse fenômeno se acentuava nos períodos de maior crescimento econômico, retraindo-se nos de depressão. (Como se vê, dessa vez BERRY enfatiza, implicitamente, os fatores econômicos da contra-urbanização.) O autor se

reporta também a preleções de C. Warren Thorntwaite na Universidade de Chicago, na década de 1950, acerca da “migração reversa à América rural nos anos 30” (idem, p. 262). Num gráfico (idem, p. 263), BERRY mostra a redução no ritmo de urbanização da população dos Estados Unidos nos anos de 1880 e 1940. Em termos numéricos, o anuário *Information Please Almanac - 1979*, destinado ao grande público, também retrata isso, revelando tais retrações no ritmo de crescimento da população urbano nas décadas de 1810, 1870 e 1930, no citado país (p. 799).

Do exposto, pode-se deduzir o seguinte: 1) ao menos nos Estados Unidos, já ocorreram fases anteriores em que o crescimento das cidades diminuiu em intensidade (sem maiores conclusões sobre tamanho dessas cidades e predominância ou não de migração reversa); 2) o crescimento e a retração econômica parecem ser realmente um fator de muita importância para o fenômeno, reforçando argumentos de vários autores colocando em destaque as causas econômicas da contra-urbanização; 3) fica reforçada a teoria do caráter cíclico da evolução urbanização/contra-urbanização.

A teoria dos ciclos longos, levantada por BERRY, precisaria ser alvo de testes empíricos mais diversificados, inclusive com relação a outros países. Esse mesmo estudioso retomou o assunto em 1991, mas voltou sua análise de modo mais específico aos “ritmos de onda longa no desenvolvimento econômico e no comportamento político” (título do livro), com abordagem apenas passageira do efeito do fenômeno na urbanização (p. 86), retomando praticamente suas conclusões anteriores, também aqui circunscritas aos Estados Unidos.

De qualquer forma, fica patente por tudo que foi visto aqui que é mais fácil detectar os fatores imediatos de processos resultando em contra-urbanização, desses sentidos diretamente pelas pessoas, empresas e governos, que os fatores mais mediatos, profundos e amplos que desencadeiam aqueles.

A QUASE NÃO OCORRÊNCIA DA CONTRA-URBANIZAÇÃO FORA DO PRIMEIRO MUNDO

A esmagadora maioria dos estudos referentes à contra-urbanização enfoca apenas situações referentes ao Primeiro Mundo, deixando implícito ou explícito tratar-se de um fenômeno restrito aos países desenvolvidos, especialmente os de mais antiga tradição industrial. Um exemplo de manifestação explícita e bem recente é a de GRZESZCZAK, no resumo de seu trabalho (1996, p. 80): “É aceito que a contra-urbanização é um fenômeno internacional que apenas concerne países altamente desenvolvidos”. CHAMPION (1992, p. 56) refere-se ao enfoque dado pela

bibliografia: “....a literatura a respeito da contra-urbanização virtualmente não diz nada a respeito da situação fora da esfera de influência dos países ocidentais mais desenvolvidos....”.

Alguns trabalhos que analisam certo número de países incluem entre eles alguns do então Segundo e do Terceiro Mundo. É o caso de VINING e KONTULY (1978), que entre os 18 abordados enfocam a Alemanha Oriental, Hungria, Polônia, Coreia do Sul e Formosa, em nenhum dos quais ocorreu reversão da migração da *região core* para a periferia nacional (escala em que examinam o fenômeno). Em estudos posteriores, examinando basicamente os mesmos países, sempre com dados mais recentes, VINING e outros associados (VINING e PALLONE, 1982; VINING e COCHRANE, 1988, r. 1996), foi constatada a manutenção do saldo migratório positivo nas regiões core desses países, bem como na Tcheco-Eslováquia, acrescentada ao rol. A análise ano por ano empreendida no último estudo mostra alguma tendência à redução dos índices dessa migração em alguns países, mas sem sinal claro de persistência.

KLAASSEN e PAELINCK (1979), que examinam a problemática de nosso interesse através do desenvolvimento urbano diferenciado das aglomerações urbanas com mais de 200 mil habitantes, constataram que na Hungria, Bulgária e Iugoslávia todas elas ainda estavam nas fases 1 e 2 de desenvolvimento (sendo que das seis fases formuladas, apenas as de número 5 e 6 caracterizam decréscimo), ao contrário dos 9 países da Europa Ocidental incluídos na análise, todos com ao menos algumas aglomerações em fase(s) mais avançada(s).

Surgiu a tendência de se investigar os países do Terceiro Mundo quanto a eventual ocorrência de contra-urbanização (ou desconcentração populacional a partir de regiões core) em trabalhos distintos daqueles enfocando o Primeiro Mundo, freqüentemente adotando enfoque diferente, conduzindo a outro *corpo de teoria*. Já os países ex-comunistas europeus, provavelmente em razão de sua recente mudança de status político e econômico, pouca atenção receberam nesse particular. O autor polonês GRZESZCZAK assim se manifesta a propósito (1996, p. 82): “Seria desejável maior penetração por pesquisadores poloneses na corrente da pesquisa européia acerca de contra-urbanização, especialmente agora que tanto na Polônia quanto em outros países da Europa Centro-Oriental há inícios de tendências claramente definidas rumo à desconcentração de sua população e da atividade econômica de áreas metropolitanas a suas porções circundantes e de áreas metropolitanas a não metropolitanas”.

No Terceiro Mundo, a ocorrência da contra-urbanização é de resto, bastante limitada. Nas palavras de GEYER e KONTULY (1996, p. 3):

“No meio econômico menos desenvolvido, duas correntes de opinião opostas em demografia se desenvolveram nas duas últimas décadas. Uma sus-

tenta que tem havido um fluxo contínuo de pessoas de áreas rurais a áreas urbanas através do Terceiro Mundo. Embora o processo de urbanização nunca tenha sido constante no Terceiro Mundo, é provável, segundo essa corrente, que a urbanização permaneça o processo migratório dominante nessas áreas num futuro previsível”.

“Outros estudiosos sustentam que um ponto de reversão tem sido observado nas tendências de concentração em *certos países em desenvolvimento avançado* ao longo do período. Porém, diferentemente do Primeiro Mundo, indícios iniciais de reversão no Terceiro Mundo foram mais observados em termos econômicos que em tendências migratórias” (Grifo nosso. Esses países por certo correspondem aos muitas vezes rotulados como “emergentes”).

Os autores citados lamentam a dicotomia surgida na bibliografia devotada à migração populacional em países desenvolvidos e em países “menos desenvolvidos”, sem um empenho até então em “integrar explicitamente” essas duas vertentes de trabalho. Eles manifestam como um dos objetivos do livro por eles organizado (GEYER e KONTULY, 1996), no essencial uma coletânea de numerosos trabalhos, “salientar similaridades e diferenças” existentes entre uns e outros (p. 3).

Trabalho de abrangência bastante ampla em termos de Terceiro Mundo é o de VINING (1986, r. 1996) que, com algumas adaptações impostas pela maior escassez de dados, utilizou basicamente o mesmo enfoque dado em seus vários trabalhos (em co-autoria) a países do Primeiro Mundo, consistindo em essência na comparação da evolução entre região core e periferia. O autor examina 44 países, curiosamente incluindo os emergentes da Europa Ocidental - Portugal, Espanha, Grécia e República da Irlanda. A maioria dos restantes 40, realmente integrantes do Terceiro Mundo, conheceu a manutenção ou mesmo acentuação das taxas de migração em direção a suas regiões core durante o período examinado, cobrindo geralmente a década de 70. Nesse grupo estão incluídos, entre outros, o Brasil e a maioria dos países da Ásia de Sudeste e Coréia, que segundo consenso generalizado estariam todos numa fase de desenvolvimento econômico. Dentre os países examinados pelo autor, apenas na Argentina, Uruguai, Venezuela, Peru, Chile e Egito ocorreu “declínio significativo” nas taxas de migração rumo às regiões core, enquanto em Cuba, Síria e Israel as mesmas tem se mantido baixas, sendo que apenas em Sri Lanka o saldo migratório à região core passou a ser negativo, situação verificada nesse país durante a maior parte do período de pós-guerra. Enfim, somente em um quarto dos países terceiro-mundistas estudados houve evolução podendo indicar (e não precisar, dado o enfoque territorial diferente, de core-periferia) ocorrência ou tendência à contra-urbanização.

VINING, à procura de explicações para o desencadeamento ou não da desconcentração populacional em países do Terceiro Mundo (o termo “contra-

urbanização” não é empregado), levanta entre outros a teoria de Wheaton e Shishido, que, enquadrando-se em consenso bastante generalizado a respeito, associam o fenômeno ao desenvolvimento econômico, assim se manifestando: “A concentração urbana tem que aumentar com o nível de desenvolvimento, até que esse se aproxime de \$ 2.000 [dólares americanos de 1970, de renda *per capita*]. Após isso, tem início a descentralização espacial” (VINING, 1986, r. 1966, p. 174). Outra teoria trazida à baila por VINING é a de Chritchfield, segundo a qual em países densamente povoados, com cidades que cresceram desmedidamente, recente redesenvolvimento da agricultura em termos mais racionais, provocaria o retorno de muitos camponeses, com significativas inversões de fluxos migratórios. No entanto, VINING aponta que isso não ocorreu em países que poderiam se enquadrar, tais como Paquistão, Bangladesh, Índia, Indonésia e Filipinas, tendo podido notar isso apenas no Egito. Quanto à explicação lastreada no desenvolvimento econômico, dentre os dez países que conheceram redução significativa dos fluxos migratórios rumo às regiões core, somente a Argentina, Uruguai e Venezuela estariam enquadradas. Chile e Peru conheceram, pelo contrário, fase de retração econômica no período analisado, enquanto na Síria e em Israel a delicada situação política de ambos os países no contexto do Oriente Médio explicaria a pouca atratividade das regiões core. (A questão de Israel é notória, enquanto Damasco, capital da Síria, fica a distância de tiros de canhão das colinas de Golã, anexadas pelo primeiro país.) Os casos de Sri Lanka e Cuba são considerados excepcionais por VINING. Assim mesmo, VINING (1986, r. 1996, p. 179) chega à conclusão que “o padrão básico primeiramente observado nos *países ocidentais*, isto é, uma associação próxima entre o desenvolvimento econômico e a concentração populacional, parece estar sendo seguida de um modo inteiramente previsível pelos *países não ocidentais*”. (Grifo nosso. Curiosa, porém não rara, maneira de rotular países do Primeiro e do Terceiro Mundo, na literatura em língua inglesa!)

A eventual desconcentração populacional em países do Terceiro Mundo e a concomitante mudança nas posições relativas das cidades envolvidas foi enfocada de modo dedutivo por RICHARDSON em 1977 e 1980 (RICHARDSON, 1980, r. 1996), ou seja na mesma época do clássico trabalho, em que por via indutiva BERRY propôs o termo contra-urbanização para os eventos demográficos nos Estados Unidos. O autor propôs o termo *reversão de polaridade* (polarization reversal), nos seguintes termos: “PR [sic] pode ser definido quando as tendências de polarização espacial na economia nacional dão lugar a um processo de dispersão espacial, da região core a outras regiões do sistema”(p. 143). Em seu trabalho de 1980, RICHARDSON, propôs “uma teoria descritiva do desenvolvimento espacial nacional” nos “países em desenvolvimento”, alertando para o fato de não apresentar resultados de pesquisa, tendo o *paper* a intenção de estimular estudos. Em sua proposição formula, sem enumerá-las, cinco fases, que numa tentativa de síntese nossa, podem ser esquematizadas assim:

- 1) Verifica-se o início do processo urbano-industrial - em uma ou duas regiões apenas, basicamente em razão de escassez de recursos de investimento. Isso acarreta um processo acumulativo, estabelecendo-se dessa forma a relação core-periferia, na qual a região core, consistindo da cidade primaz e sua hinterlândia, domina o resto da economia espacial, chamada de periferia.
- 2) O desenvolvimento na cidade primaz conduz a saturação e crescentes custos fundiários, o que induz algumas atividades econômicas à descentralização rumo a centros satélites no interior da região core.
- 3) Após isso, surgem condições que possibilitam a dispersão a outras regiões do sistema nacional, condições essas por certo associadas à geração de economias de aglomeração e outras economias de escala em certos locais da periferia. (O autor salienta que essa dispersão inter-regional é a principal feição da reversão de polaridade.)
- 4) Numa fase mais avançada, a descentralização intra-regional, observada anteriormente na região core, repete-se nas regiões em desenvolvimento.
- 5) Finalmente, as forças de descentralização em todas as regiões, mas especialmente na região core, podem se tornar tão fortes que as maiores cidades começam a perder população em termos absolutos. (RICHARDSON, 1980, r. 1996, pp. 143-144).

O próprio RICHARDSON (1980, r. 1996, p. 145) expõe receios quanto ao efetivo funcionamento de seu modelo:

“A descrição do desenvolvimento espacial ora efetuada, como um contexto para definir a PR, representa um conjunto de fatos sumarizando o que tem sido observado nos países avançados. Embora alguns países em desenvolvimento possam ter chegado à fase na qual a PR começa [cita indiretamente os casos do Japão [!], Coréia do Sul e Colômbia], nenhum deles passou através da seqüência espacial verificada nos países mais desenvolvidos. Isso suscita várias questões embaraçosas. Será o processo de desenvolvimento espacial sumarizado acima um modelo determinista, de predição, ou um modelo que pode ser desviado do rumo pela ausência de certas condições prévias ou pela intervenção de novas forças? Haveria diferenças entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento que limitam a transferibilidade do modelo?....”

Esse último questionamento transcrito envolve fatos muito relevantes, que marcam bom número de países do Terceiro Mundo, razão pela qual conhecem uma evolução espacial (quando evoluem) muitas vezes bastante diferente daquela observada no Primeiro Mundo. Considere-se, por exemplo, os seguintes fenômenos, freqüentes em razoável número de países subdesenvolvidos:

- Controle firme de apenas parte do país pelo governo central formalmente instituído, com o restante dominado por facções políticas e/ou militares rivais, chegando-se às vezes à existência de verdadeiro Estado auto-proclamado como independente, não reconhecido pela “comunidade internacional”, ocupando parcela do outro.
- Intermináveis guerras civis ou movimentos guerrilheiros ou terroristas, de base étnica, religiosa ou ideológica, desenrolando-se em boa parte do país, tornando-o pouco atraente ou inviável à recepção de novos moradores ou iniciativas empresariais. Muitas vezes essas ações têm caráter de movimento separatista.
- Boa parcela do território nacional tornado quase imprestável por minas terrestres, decorrentes dos fenômenos ora citados.
- Atividades ilegais, ligadas ao narcotráfico, envolvendo cultivo, industrialização, transporte e comércio, ocupando porções significativas do espaço nacional.
- Comércio com pequena ou nenhuma taxação fiscal de produtos importados (muitas vezes falsificados e/ou contrabandeados), muito apreciados por turistas ou revendedores de um terceiro país, limítrofe. Se tiver muita importância na economia do país, isso pode fazer com que cidades fronteiriças cresçam muito, suplantando as demais cidades do país, à exceção da capital.
- Área significativa do país dominada por uma grande empresa mineradora, com pouca submissão ao governo formal do país.
- Genocídios inter-étnicos ou inter-tribais, provocando estruturas demográficas incomuns (em termos ortodoxos) e grande movimentação migratória, resultando na acomodação de muitos em acampamentos de refugiados, dependendo de assistência humanitária. Ações bélicas ou parabélicas, acima referidas, podem produzir o mesmo resultado.

Além de influírem como freios ou impulsionadores de eventual desconcentração, de forma não prevista em modelos concebidos com base em fatores econômicos ou comportamentais mais ortodoxos, as ocorrências acima listadas não costumam ser adequadamente apuradas e reproduzidas em levantamentos estatísticos, os quais nos países de Terceiro Mundo já costumam ser relativamente pobres em informações, quando não publicados com muito atraso, o que também pode dificultar as pesquisas e enviesar seus resultados.

Há ainda uma questão genérica a afetar os países do Terceiro Mundo, qual seja a dificuldade de sair do subdesenvolvimento e deslanchar rumo ao desenvolvimento econômico, em razão de questões macroeconômicas e de sua inserção na economia mundial. Com isso, o desencadeamento das várias fases preconizadas

pelo modelo de RICHARDSON fica dificultado, não ocorrendo assim a reversão da polaridade, da qual a contra-urbanização (empregando-se ou não o termo) é um dos fenômenos envolvidos.

De qualquer forma, o modelo de RICHARDSON conheceu certa repercussão, reconhecível inclusive no emprego do termo *polarization reversal* no título de vários trabalhos, como no de Linn, de 1978, sobre a Colômbia, o de Lo e Salih, genérico, de 1979, o de TOWNROE e KEEN (1984) sobre o Estado de São Paulo, Brasil (ênfase em âmbito estadual, e não nacional, justificado pelos autores em razão das dimensões absolutas dessa unidade federativa e de sua importância no contexto do país) e o de BROWN e LAWSON (1989, r. 1996) sobre a Venezuela.

Atenhamo-nos ao caso do Estado de São Paulo, por certo de interesse dos leitores brasileiros. Apesar de RICHARDSON em sua teoria ter privilegiado indicadores econômicos, TOWNROE e KEEN (1984) se apoiam exclusivamente em dados demográficos, cobrindo os três períodos decenais entre 1950 e 1980. Os autores decompõem o espaço paulista em: São Paulo metropolitano (dividido em *cidade de São Paulo, franja edificada e subúrbios externos*), e hinterlândia (composta por *cidades grandes da região interna, restante da região interna e região externa*). Como região interna foram consideradas todas as áreas em volta da Grande São Paulo até uma distância de 150 quilômetros e o Vale do Paraíba inteiro, inclusive as porções dele ultrapassando esse limite. Como cidades grandes dessa região foram tomadas nove aglomerações urbanas aí situadas. TOWNROE e KEEN examinam a questão através de várias cifras demográficas, índices percentuais e contagem de cidades enquadradas em certas situações. Fazem, entre outras a seguinte comparação, através dos índices de crescimento médio anual nos períodos intercensitários (p. 51):

	Pop. 50-60	total 60-70	70-80	Pop. 50-60	urbana 60-70	70-80
Grande São Paulo	6,1%	5,4%	4,4%	6,8%	5,8%	4,6%
Grandes cidades da região interna	4,6%	4,6%	5,1%	5,9%	5,5%	5,8%
Restante da região interna	2,1%	2,1%	3,2%	5,2%	4,6%	5,3%
Região externa	2,0%	0,6%	1,3%	5,9%	4,2%	3,6%

Note-se a inversão de posições e direção evolutiva entre a Grande São Paulo e a região interna nas duas últimas décadas avaliadas. Dentre outros aspectos apontados pelos autores, pode-se pinçar os seguintes: “Uma média de três dentre

quatro cidades na região interna,, cresceu mais rapidamente que o core [a Grande São Paulo] entre 1970 e 1980. Uma de cada cinco cidades localizadas além de 150 quilômetros cresceu mais rapidamente que a São Paulo metropolitana”(p. 52), e “Os índices de crescimento médio anual de cidades com mais de 100.000 habitantes [em 1970] entre 1970 e 1980 superaram em mais de um ponto percentual as taxas de crescimento das cidades menores. Foi o crescimento dessas grandes cidades que acarretou a PR [reversão de polaridade]”(p. 51).

Os autores, considerando a proporção da população urbana na região core o principal índice da reversão de polaridade e apoiando-se também em modelo de Alonso, proposto em 1980, concluíram que o fenômeno ocorreu no Estado de São Paulo entre 1970 e 1980, sustentando que “esse pode ser o primeiro caso documentado de reversão de polaridade num país menos desenvolvido” (p. 52). Porém, enfocando sob a ótica do modelo de RICHARDSON, retro exposto, a situação ainda não teria alcançado esse ponto, estando ainda na segunda fase, caracterizado por transferências entre a cidade primaz e sua hinterlândia (a “região interna” formulada por TOWNROE e KEEN), ambas componentes da região core (segundo RICHARDSON), eis que transferências à “região externa” do Estado de São Paulo ainda se mostravam pouco significativas na década de 1970.

Em suma, conforme foi visto, no Terceiro Mundo inversões de fluxos demográficos e econômicos, caracterizadores de contra-urbanização ainda são excepcionais.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALEXANDERSSON, Gunnar e FALK, Thomas - “Changes in the urban pattern of Sweden 1960-1970: the beginning of a return to small urban places?” in *Geoforum* n. 18, 1974, pp. 87-92
- BEALE, Calvin L. - “The recent shift of United States population to nonmetropolitan areas, 1970-75” in *International Regional Science Review* n. 2, 1977, pp. 113-122
- BERRY, Brian J. L. - “The counterurbanization process: urban America since 1970” in BERRY, Brian J. L. (org.) - *Urbanization and counterurbanization*, Sage, Beverly Hills, 1976, pp. 17-30
- _____ - “Migration reversals in perspective: the long-wave evidence” in *International Regional Science Review* n. 3, 1988, pp. 245-251, reproduzido in GEYER e KONTULY, 1996 (vide), pp. 259-264

- _____ - *Long wave rhythms in economic development and political behavior*, John Hopkins Univ. Press, Baltimore, 1991
- BREESE, Gerald - *Urbanization in newly developing countries*, Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1966
- BROWN, L. A. e LAWSON, V. A. - "Polarisation reversal, migration-related shifts in human resource profiles, and spatial growth policies: a Venezuelan study" in *International Regional Science Review* n. 2, 1989, pp. 165-188, reproduzido in GEYER e KONTULY, 1996 (vide), pp. 216-238
- BURNLEY, I. H. - "Population turnaround and the peopling of the countryside? Migration from Sydney to country districts of New South Wales" in *Australian Geographer* n. 2, 1988, pp. 268-283
- BUTZIN, Bernhard - *Zentrum und Peripherie im Wandel. Erscheinungsformen und Determinanten der "Counterurbanization" in Nordeuropa und Kanada*, Schöning, Paderborn, 1986 (resenhado in *Erdkunde* n. 3, 1987, p. 252)
- _____ - "Counterurbanization: spatial division of labour and regional life-cycles in Canada" in *Geographical Perspectives* n. 61, 1988, pp. 6-14
- CERESA, Piergiorgio e outros - "Some comments on the process of counterurbanization in Europe" in *Ekistics* n. 301, 1983, pp. 290-295
- CHAMPION, Anthony Gerard - "Recent changes in the pace of population deconcentration in Britain" in *Geoforum* n. 4, 1987, pp. 379-401
- _____ - "The reversal of the migration turnaround: resumption of traditional trends?" in *International Regional Science Review* n. 3, 1988, pp. 253-260
- _____ - (organizador e autor de alguns capítulos) - *Counterurbanization - the changing pace and nature of population deconcentration*, Edward Arnold, London, 1989
- _____ - "Counterurbanization in Britain" in *The Geographical Journal* n. 1, 1989 (a), pp. 52-59
- _____ - "Counterurbanization and population growth within the urban system" in *Boletín del Instituto de Geografía* n. especial, 1992, pp. 39-62
- _____ - "Population change and migration in Britain since 1981: evidence for continuing deconcentration" in *Environment and Planning A*, 1994, pp. 1501-1520
- CHAPMAN, Keith e WALKER, David F. - *Industrial location - Principles and policies* (2a edição), Blackwell, Oxford, 1991

- CHESHIRE, Paul - "A new phase of urban development in Western Europe? The evidence for the 1980s" in *Urban Studies* n. 7, 1995, pp. 1.045-1.063
- CLOKE, Paul - "Counterurbanisation: a rural perspective" in *Geography* n. 306, 1985, pp. 13-23
- COCHRANE, S. G. e VINING, D. R. Jr. - "Recent trends in migration between core and peripheral regions in developed and advanced developing countries" in *International Regional Science Review* n. 11, 1988, pp. 215-243, reproduzido in GEYER e KONTULY, 1996 (vide), pp. 90-111
- COLBY, Charles C. - "Centrifugal and centripetal forces in Urban Geography" in *Annals of the Association of American Geographers* n. 1, 1933, pp. 1-20
- CROSS, D. F. W. - *Counterurbanization in England and Wales*, Aldershot, Avebury, 1990 (resenhado in *Environment and Planning A* n. 6, 1991, pp. 930-931, *Progress in Human Geography* n. 3, 1992, pp. 438-440 e *Transactions - Institute of British Geographers* n. 1, 1993, pp. 151-152)
- COURT, Yvonne - "Denmark: towards a more deconcentrated settlement system", capítulo 7 de CHAMPION, 1989 (vide), pp. 121-140
- DAVIES, Wayne K. D. - "What population turnaround?: some Canadian prairie settlement perspectives, 1971-1986" in *Geoforum* n. 3, 1990, pp. 303-320
- DEAN, K. G. - "Counterurbanisation continues in Brittany" in *Geography* n. 311, 1986, pp. 151-154
- DEAN, K. G., BROWN, B. J. H. e outros - "The conceptualisation of counterurbanisation" in *Area* n. 1, 1984, pp. 9-14
- DEAN, K. G., SHAW, D. P. e outros - "Counterurbanisation and the characteristics of persons migrating to West Cornwall" in *Geoforum* n. 2, 1984, pp. 177-190
- DEMATTEIS, Giuseppe - "Urbanization and counter-urbanization in Italy" in *Ekistics* ns. 316-317, 1986, pp. 26-33
- DEMATTEIS, Giuseppe e PETSIMERIS, Petros - "Italy: counterurbanization as a transitional phase in settlement organization", capítulo 10 de CHAMPION, 1989 (vide), pp. 187-206
- DÉZERT, Bernard - "Causes et conséquences géographiques de la métropolisation et de l'exurbanisation" in *Bulletin de l'Association de Géographes Français* n. 2, 1991, pp. 133-138
- DINI, Francesco - "Controurbanizzazione nei paesi occidentali -contri empirici e assunzioni di valore nella letteratura internazionale" in *Rivista Geografica Italiana* n. 3, 1986, pp. 331-342

- FIELDING, A. J. - "Counterurbanisation in Western Europe" in *Progress in Planning* vol. 17, 1982, pp. 1-52
- _____ - "Population redistribution trends and the persistence of organized capitalism" in *Geographical Perspectives* n. 61, 1988, pp. 74-76
- _____ - "Migration and urbanization in Western Europe since 1950" in *The Geographical Journal* n. 1, 1989, pp. 60-69
- FORSTALL, Richard L. - "The geographic component of U. S. nonmetropolitan population change" in *Geographical Perspectives* n. 61, 1988, pp. 69-73
- FREY, William H. - "United States: counterurbanization and metropolis depopulation", capítulo 3 de CHAMPION, 1989 (vide), pp. 34-61
- _____ - "The new urban revival in the United States" in *Urban Studies* ns. 4-5, 1993, pp. 741-774
- _____ - "Immigration and internal migration 'flight' from US metropolitan areas: towards a new demographic balkanisation" in *Urban Studies* ns. 4-5, 1995, pp. 737-757
- FREY, William H. e LIAW, Kao-Lee - "Immigrant concentration and domestic migrant dispersal: is movement to nonmetropolitan areas 'white flight'?" in *The Professional Geographer* n. 2, 1998, pp. 215-232
- FRIEDRICHS, Jürgen - "A theory of urban decline: economy, demography and political elites" in *Urban Studies* n. 6, 1993, pp. 907-917
- GANSER, Karl - "La répartition de la population en Allemagne Fédérale: concentration a l'échelle nationale et dispersion a l'échelle locale" in *L'Espace Géographique* n. 3, 1978, pp. 209-217
- GEYER, H. S. e KONTULY, T. M. (organizadores) - *Differential urbanization - Integrating spatial models*, Arnold, London, 1996
- GORDON, P. - "Deconcentration without a great break" in *Environment and Planning* 1979, pp. 281-290
- GRZESZCZAK, Jerzy - "Tendencje kontrurbanizacyjne w krajach Europy Zachodniej" in *Prace Geograficzne* n. 167, 1996, pp. 1-82
- HALL, Peter - "The containment of urban England" in *Geographical Journal* n. 4, 1974, pp. 386-417
- HANSEN, Jens Christian - "Norway, the turnaround that turned round", capítulo 6 de CHAMPION, 1989 (vide), pp. 103-120
- HAWLEY, C. B. e FOGARTY, M. S. - "Can agglomeration economies explain why people are leaving large cities?" in *Environment and Planning A* n. 2, 1981, pp. 225-230

- HUGO, Graeme J. - "Counterurbanization in Australia" in *Geographical Perspectives* n. 61, 1988, pp. 43-68
- _____ - "Australia: the spatial concentration of the turnaround", capítulo 4 de CHAMPION, 1989 (vide), pp. 62-82
- ILLERIS, Sven - "Recent development of the settlement systems of advanced market economy countries" in *Geografisk Tidsskrift* n. 1, 1979, pp. 49-56
- JEFFERSON, Mark - "The law of the primate city" in *The Geographical Review* n. 4, 1939, pp. 226-232
- JONES, Huw, CAIRD, James e outros - "Peripheral counter-urbanization: findings from an integration of census and survey data in Northern Scotland" in *Regional Studies* n. 1, 1986, pp. 15-26
- JONES, Huw, FORD, Nicholas e outros - "Counter-urbanization in societal context: long-distance migration to the Highlands and islands of Scotland" in *Professional Geographer* n. 4, 1984, pp. 437-444
- KANAROGLOU, P. S. e BRAUN, G. - "The pattern of counterurbanization in the Federal Republic of Germany, 1977-85" in *Environment and Planning A* n. 4, 1992, pp. 481-496
- KAYSER, Bernard - "Rural renaissance in the United States: the viewpoint of a French geographer" in *Geographical Perspectives* n. 61, 1988, pp. 77-88
- KEEBLE, David. E. - "Industrial decline, regional policy and the urban-rural manufacturing shift in the United Kingdom" in *Environment and Planning A* n. 8, 1980, pp. 945-962
- _____ - "The urban-rural manufacturing shift in the European Community" in *Urban Studies* n. 20, 1983, pp. 405-418
- _____ - "The dynamics of European industrial counterurbanization in the 1980s: corporate restructuring or indigenous growth?" in *The Geographical Journal* n. 1, 1989, pp. 70-80
- KLAASSEN, L. H. e PAELINCK, J. H. - "The future of large towns" in *Environment and Planning A*, 1979, pp. 1095-1104
- KONTULY, Thomas - "International comparisons of counterurbanization" in *Geographical Perspectives* n. 61, 1988, pp. 1-5
- KONTULY, Thomas e outros - "Counterurbanization in the Federal Republic of Germany" in *The Professional Geographer* n. 2, 1986, pp. 170-181
- KONTULY, T. e SCHÖN, K. P. - "Changing western German internal migration systems during the second half of the 1980s" in *Environment and Planning A*, 1994, pp. 1521-1543

- KONTULY, Thomas e VOGELSANG, Roland - "Changing age-selective gross migration streams and turnaround in the Federal Republic of Germany" in *Geographical Perspectives* n. 61, 1988, pp. 30-42
- _____ - "Federal Republic of Germany: the intensification of the migration turnaround", capítulo 8 de CHAMPION, 1989 (vide), pp. 141-161
- LANGENBUCH, Juergen Richard - "O encabeçamento das armaduras urbanas nacionais: uma revisão" in *Geografia* ns. 11-12, 1981, pp. 1-104
- MALUSARDI, Federico e MUSCARÀ, Calogero - "Italian urbanization: between scattered settlement and counterurbanization" in *Ekistics* n. 320-321, 1986, pp. 307-310
- MARTINEZ i ILLA, Santiago - "Utopia, espai i migracions utòpiques. El 'retorn al camp'" in *Documents d'Anàlisi Geogràfica* n. 11, 1987, pp. 61-79
- MOSELEY, Malcolm J. - "The revival of rural areas in advanced economies: a review of some causes and consequences" in *Geoforum* n. 3, pp. 447-456
- MYKLEBOST, H. - "The evidencce for urban turnaround in Norway" in *Geoforum* n. 2, 1984, pp. 167-176
- OGDEN, Philip E. - "Counterurbanisation in France: the results of the 1982 census" in *Geography* n. 306, 1985, pp. 24-35
- PLOTKIN, Manuel D. - "Changing population patterns" in *The World Almanac and Book of Facts*, NEA, New York, 1978, pp. 205-206
- POOLEY, Colin G. e TURNBULL, Jean - "Counterurbanization: the nineteenth century origin of a late-twentieth century phenomenon" in *Area* n. 4, 1966, pp. 514-524
- RICHARDSON, H. W. - "Polarization reversal in developing countries" in *Papers of the Regional Science Association* n. 45, 1980, pp. 67-85, reproduzido in GEYER e KONTULY, 1996 (vide), pp. 143-161
- ROBERT, S. e RANDOLPH, W. G. - "Beyond decentralization: the evolution of population distribution in England and Wales, 1961-1981" in *Geoforum* n. 1, 1983, pp. 75-102
- ROSEMAN, Curtis C. e WILLIAMS, James D. - "Metropolitan to nonmetropolitan migration: a decision-making perspective" in *Urban Geography* n. 4, 1980, pp. 283-294
- SANT, Morgan e SIMMONS, Peter - "Counterurbanization and coastal development in New South Wales" in *Geoforum* n. 3, 1993, pp. 291-306
- SHEPHERD, John - "A new definition of urban areas in England and Wales and its application to the analysis of recent urbanization processes" in *Geographia Polonica* n. 56, 1989, pp. 91-107

- SINCLAIR, Robert - "Changing spatial trends at the national, regional, and metropolitan levels of the settlement systems in developed western countries" in *Geographia Polonica* n. 47, 1983, pp. 101-113
- SPENCE, Nigel - "Contemporary demographic and economic trends in the British urban and regional system" in *Geographia Polonica* n. 51, 1985, pp. 19-35
- SPENCER, David - "Counterurbanisation: the local dimension" in *Geoforum* n. 2, 1995, pp. 153-173
- TOWNROE, P. M. e KEEN, D. - "Polarisation reversal in the State of São Paulo, Brazil" in *Regional Studies* n. 18, 1984, pp. 45-54
- TOWNSEND, Alan R. - "The urban-rural cycle in the Thatcher growth years" in *Transactions - Institute of British Geographers* n. 2, 1993, pp. 207-221
- TREGARTEN, T. D. - "If cities are so great, why are people leaving? A response to Vining and Kontuly" in *Environment and Planning A* n. 9, 1977, pp. 1421-1422
- TSUYA, Noriko e KURODA, Toshio - "Japan: the slowing of urbanization and metropolitan concentration", capítulo 11 de CHAMPION, 1989 (vide), pp. 207-229
- VEIGA, José Eli - "A terceira Itália" in *O Estado de S. Paulo* 16/1/1999, p. B2
- VINING, Daniel R. Jr. - "Population redistribution towards core areas of less developed countries" in *International Regional Science Review* n. 10, 1986, pp. 1-45, reproduzido em GEYER e KONTULY, 1996 (vide), pp. 161-187
- VINING, Daniel R. Jr. e KONTULY, Thomas - "Population dispersal from major metropolitan regions: an international comparison" in *International Regional Science Review* n. 1, 1978, pp. 49-73
- VINING, Daniel R. Jr. e PALLONE, Robert - "Migration between core and peripheral regions: a description and tentative explanation of the patterns in 22 countries" in *Geoforum* n. 4, 1982, pp. 339-410
- VINING, D. R. Jr. e STRAUSS, A. - "A demonstration that the current deconcentration of population in the United States is a clean break with the past" in *Environment and Planning A* n. 9, 1977, pp. 751-758
- WALMSLEY, D. J. e outros - "Migration to the New South Wales North Coast 1986-1991: lifestyle motivated counterurbanisation" in *Geoforum* n. 1, 1998, pp. 105-118
- WARDWELL, John M. - "Equilibrium and change in nonmetropolitan change" in *Rural Sociology* n. 2, 1977, pp. 156-179
- WEEKLEY, Ian - "Rural depopulation and counterurbanisation: a paradox" in *Area* n. 20, 1988, pp. 127-134

WINCHESTER, Hilary P. M. e OGDEN, Philip - “France: decentralization and deconcentration in the wake of the late urbanization”, capítulo 9 de CHAMPION, 1989 (vide), pp. 162-186

ZELINSKY, Wilbur - “Coping with the migration turnaround: the theoretical challenge” in *International Regional Science Review* n. 2, 1977, pp. 175-178

ZIPF, George Kingsley - *National unity and disunity*, Principia Press, Bloomington, 1941